

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	7
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	8
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	9
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	10
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	13
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011	14
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	15
----------------------------------	----

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	16
---	----

Notas Explicativas	27
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial	74
-------------------------------	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2011
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	11.496
Preferenciais	10.336
Total	21.832
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	652.931	630.482
1.01	Ativo Circulante	309.962	286.284
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.170	5.750
1.01.02	Aplicações Financeiras	49.101	65.059
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	49.101	65.059
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	49.101	65.059
1.01.03	Contas a Receber	91.181	82.804
1.01.03.01	Clientes	85.063	76.648
1.01.03.01.01	Outros créditos	85.063	76.648
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	6.118	6.156
1.01.04	Estoques	138.237	107.618
1.01.06	Tributos a Recuperar	26.258	24.541
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	26.258	24.541
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições	26.258	24.541
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.015	512
1.02	Ativo Não Circulante	342.969	344.198
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	55.347	55.452
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	3.871	3.782
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	3.871	3.782
1.02.01.03	Contas a Receber	8.027	9.158
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	8.027	9.158
1.02.01.06	Tributos Diferidos	25.224	24.648
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	25.224	24.648
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	3.476	3.201
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	3.476	3.201
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	14.749	14.663
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	915	915
1.02.01.09.03	Impostos e contribuições a compensar	13.834	13.748
1.02.02	Investimentos	52.390	51.908
1.02.02.01	Participações Societárias	34.990	34.508
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	28.527	28.045
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	6.463	6.463
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	17.400	17.400
1.02.03	Imobilizado	215.390	215.554
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	186.172	184.948
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	29.218	30.606
1.02.04	Intangível	19.842	21.284
1.02.04.01	Intangíveis	19.842	21.284

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	652.931	630.482
2.01	Passivo Circulante	221.889	194.518
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.542	12.994
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.051	4.118
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	10.491	8.876
2.01.02	Fornecedores	41.444	41.227
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	40.541	32.984
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	903	8.243
2.01.03	Obrigações Fiscais	24.397	22.885
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.778	6.310
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	223	278
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	4.555	6.032
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	18.957	16.413
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	662	162
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	64.781	64.710
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	49.759	33.974
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	49.759	33.974
2.01.04.02	Debêntures	14.714	30.434
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	308	302
2.01.05	Outras Obrigações	77.725	52.702
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	4.852	4.564
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	4.852	4.564
2.01.05.02	Outros	72.873	48.138
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	13.743	13.743
2.01.05.02.04	Verbas diretas	1.947	2.337
2.01.05.02.05	Fretes a pagar	8.467	5.998
2.01.05.02.06	Adiantamentos diversos	1.200	1.200
2.01.05.02.07	Outras contas a pagar	47.516	24.860
2.02	Passivo Não Circulante	130.939	139.521
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	90.607	99.590
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	78.002	86.906
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	78.002	86.906
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	12.605	12.684
2.02.02	Outras Obrigações	19.295	19.261
2.02.02.02	Outros	19.295	19.261
2.02.02.02.03	Tributos a recolher	9.290	8.525
2.02.02.02.04	Contas e serviços a pagar	10.005	10.736
2.02.03	Tributos Diferidos	11.623	11.563
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	11.623	11.563
2.02.04	Provisões	9.414	9.107
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9.414	9.107
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	4.897	4.575
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.354	3.495
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.163	1.037
2.03	Patrimônio Líquido	300.103	296.443
2.03.01	Capital Social Realizado	197.873	197.873

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.02	Reservas de Capital	601	601
2.03.04	Reservas de Lucros	71.767	71.714
2.03.04.01	Reserva Legal	6.643	6.643
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	65.124	65.071
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	3.660	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	26.202	26.255

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	299.431	276.152
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-209.854	-191.422
3.03	Resultado Bruto	89.577	84.730
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-82.363	-77.233
3.04.01	Despesas com Vendas	-53.156	-50.316
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-22.034	-21.776
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.657	-5.668
3.04.05.01	Honorários da Administração	-1.590	-1.522
3.04.05.02	Depreciação e Amortização	-3.186	-2.878
3.04.05.03	Outras Despesas Operacionais, Líquidas	-2.881	-1.268
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	484	527
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	7.214	7.497
3.06	Resultado Financeiro	-4.068	-3.787
3.06.01	Receitas Financeiras	1.869	2.726
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.937	-6.513
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.146	3.710
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	514	-28
3.08.02	Diferido	514	-28
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.660	3.682
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	3.660	3.682
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-2.333	16.442
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	11.937	13.624
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	3.660	3.682
6.01.01.02	Depreciação e amortizações	5.801	5.642
6.01.01.03	Equivalência patrimonial	-484	-527
6.01.01.04	Resultado do ativo imobilizado baixado	668	140
6.01.01.05	Constituição (reversão) de provisão para devedores duvidosos	178	110
6.01.01.06	Constituição (reversão) de provisão para contingências	307	390
6.01.01.07	Constituição (reversão) de provisão para perdas em estoque	-1.020	-88
6.01.01.08	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	3.341	4.247
6.01.01.10	Constituição de IR e CS Diferidos	-514	28
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-14.270	2.818
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-8.593	-2.480
6.01.02.02	Estoques	-29.599	-17.120
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-1.803	-6.964
6.01.02.04	Partes relacionadas ativa	-275	-244
6.01.02.06	Outros créditos	-1.334	-10.164
6.01.02.07	Fornecedores	217	10.623
6.01.02.08	Tributos a recolher	2.277	7.920
6.01.02.09	Salários a pagar	548	1.391
6.01.02.10	Partes relacionadas passiva	288	420
6.01.02.12	Fretes a pagar	2.469	1.008
6.01.02.13	Adiantamentos de clientes	0	231
6.01.02.14	Outras contas a pagar	21.535	18.197
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.863	-9.632
6.02.02	Intangível	-343	-414
6.02.03	Imobilizado	-4.520	-9.518
6.02.04	Recebimento de dividendos	0	300
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-12.342	-23.366
6.03.01	Captações de empréstimos e financiamentos	12.875	8.389
6.03.04	Amortização de empréstimos e financiamentos	-8.646	-14.088
6.03.05	Amortização de debêntures	-16.571	-17.667
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-19.538	-16.556
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	70.809	95.649
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	51.271	79.093

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	197.873	601	71.714	0	26.255	296.443
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.873	601	71.714	0	26.255	296.443
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	53	3.660	-53	3.660
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.660	0	3.660
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	53	0	-53	0
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	53	0	-53	0
5.07	Saldos Finais	197.873	601	71.767	3.660	26.202	300.103

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	336.681	315.249
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	343.209	320.391
7.01.02	Outras Receitas	-6.350	-5.032
7.01.02.01	(-) Abatimentos e descontos	-6.630	-6.547
7.01.02.02	Outras receitas	280	1.515
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-178	-110
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-253.172	-231.689
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-209.854	-191.422
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-39.094	-36.804
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-1.558	-2.330
7.02.04	Outros	-2.666	-1.133
7.03	Valor Adicionado Bruto	83.509	83.560
7.04	Retenções	-3.186	-2.878
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.186	-2.878
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	80.323	80.682
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	2.354	3.253
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	484	527
7.06.02	Receitas Financeiras	1.870	2.726
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	82.677	83.935
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	82.677	83.935
7.08.01	Pessoal	27.111	26.610
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.236	17.631
7.08.01.02	Benefícios	5.367	4.848
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.765	1.809
7.08.01.04	Outros	2.743	2.322
7.08.01.04.01	Honorários da administração	1.590	1.522
7.08.01.04.02	Participação dos empregados nos lucros	558	367
7.08.01.04.03	Outros gastos	595	433
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	42.019	43.322
7.08.02.01	Federais	19.186	19.894
7.08.02.02	Estaduais	22.515	23.133
7.08.02.03	Municipais	318	295
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.887	10.321
7.08.03.01	Juros	5.937	6.513
7.08.03.02	Aluguéis	3.950	3.808
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.660	3.682
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.660	3.682

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
1	Ativo Total	636.664	614.414
1.01	Ativo Circulante	310.894	286.888
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	2.455	5.813
1.01.02	Aplicações Financeiras	49.619	65.376
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	49.619	65.376
1.01.02.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	49.619	65.376
1.01.03	Contas a Receber	91.273	82.985
1.01.03.01	Clientes	85.138	76.776
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	6.135	6.209
1.01.03.02.01	Outros Créditos	6.135	6.209
1.01.04	Estoques	138.237	107.618
1.01.06	Tributos a Recuperar	26.282	24.564
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	26.282	24.564
1.01.06.01.01	Impostos e Contribuições	26.282	24.564
1.01.07	Despesas Antecipadas	3.028	532
1.02	Ativo Não Circulante	325.770	327.526
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	55.369	55.475
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	3.871	3.782
1.02.01.01.02	Títulos Disponíveis para Venda	3.871	3.782
1.02.01.03	Contas a Receber	8.049	9.181
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	8.049	9.181
1.02.01.06	Tributos Diferidos	25.224	24.648
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	25.224	24.648
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	3.476	3.201
1.02.01.08.03	Créditos com Controladores	3.476	3.201
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	14.749	14.663
1.02.01.09.01	Ativos Não-Correntes a Venda	915	915
1.02.01.09.03	Impostos e Contribuições a Compensar	13.834	13.748
1.02.02	Investimentos	17.464	17.464
1.02.02.01	Participações Societárias	64	64
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	64	64
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	17.400	17.400
1.02.03	Imobilizado	226.696	226.904
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	226.696	226.904
1.02.04	Intangível	26.241	27.683
1.02.04.01	Intangíveis	26.241	27.683

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2	Passivo Total	636.664	614.414
2.01	Passivo Circulante	215.761	188.669
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	13.690	13.082
2.01.01.01	Obrigações Sociais	3.051	4.118
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	10.639	8.964
2.01.02	Fornecedores	41.389	41.237
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	40.486	32.994
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	903	8.243
2.01.03	Obrigações Fiscais	24.514	23.004
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	4.891	6.310
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	295	278
2.01.03.01.02	Outras obrigações fiscais federais	4.596	6.032
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	18.957	16.413
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	666	281
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	64.473	64.408
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	49.759	33.974
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	49.759	33.974
2.01.04.02	Debêntures	14.714	30.434
2.01.05	Outras Obrigações	71.695	46.938
2.01.05.02	Outros	71.695	46.938
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	13.743	13.743
2.01.05.02.04	Verbas Diretas	1.947	2.337
2.01.05.02.05	Fretes a Pagar	8.467	5.998
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	47.538	24.860
2.02	Passivo Não Circulante	120.775	129.278
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	78.002	86.906
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	78.002	86.906
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	78.002	86.906
2.02.02	Outras Obrigações	19.295	19.261
2.02.02.02	Outros	19.295	19.261
2.02.02.02.03	Tributos a Recolher	9.290	8.525
2.02.02.02.04	Contas e Serviços a Pagar	10.005	10.736
2.02.03	Tributos Diferidos	14.064	14.004
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	14.064	14.004
2.02.04	Provisões	9.414	9.107
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9.414	9.107
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	4.897	4.575
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.354	3.495
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	1.163	1.037
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	300.128	296.467
2.03.01	Capital Social Realizado	197.873	197.873
2.03.02	Reservas de Capital	601	601
2.03.04	Reservas de Lucros	71.767	71.714
2.03.04.01	Reserva Legal	6.643	6.643
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	65.124	65.071
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	3.660	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2011	Exercício Anterior 31/12/2010
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	26.202	26.255
2.03.09	Participação dos Acionistas Não Controladores	25	24

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	299.573	276.238
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-209.533	-191.103
3.03	Resultado Bruto	90.040	85.135
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-83.052	-77.819
3.04.01	Despesas com Vendas	-53.156	-50.316
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-22.239	-21.835
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-7.657	-5.668
3.04.05.01	Honorários da Administração	-1.590	-1.522
3.04.05.02	Depreciação e Amortização	-3.186	-2.878
3.04.05.03	Outras Despesas Operacionais, Líquidas	-2.881	-1.268
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	6.988	7.316
3.06	Resultado Financeiro	-3.693	-3.453
3.06.01	Receitas Financeiras	1.873	2.729
3.06.02	Despesas Financeiras	-5.566	-6.182
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	3.295	3.863
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	365	-181
3.08.01	Corrente	-149	-153
3.08.02	Diferido	514	-28
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	3.660	3.682
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	3.660	3.682
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	3.660	3.682
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-1.910	16.703
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	12.540	14.196
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	3.660	3.682
6.01.01.02	Depreciação e amortizações	5.847	5.687
6.01.01.04	Resultado de ativo imobilizado baixado	668	140
6.01.01.05	Constituição (reversão) de provisão para devedores duvidosos	178	110
6.01.01.06	Constituição (reversão) de provisão para contingências	307	390
6.01.01.07	Constituição (reversão) de provisão para perdas em estoque	-1.020	-88
6.01.01.08	Juros, variações monetárias e cambiais, líquidas	3.414	4.247
6.01.01.10	Constituição de IR e CS Diferidos	-514	28
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-14.450	2.507
6.01.02.01	Contas a receber de clientes	-8.616	-2.426
6.01.02.02	Estoques	-29.599	-17.120
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-1.804	-6.966
6.01.02.04	Partes relacionadas ativa	-275	-244
6.01.02.06	Outros créditos	-1.292	-10.164
6.01.02.07	Fornecedores	229	10.628
6.01.02.08	Tributos a recolher	2.273	7.958
6.01.02.09	Salários a pagar	608	1.407
6.01.02.10	Partes relacionadas	0	-10
6.01.02.12	Fretes a pagar	2.469	1.008
6.01.02.13	Adiantamentos de clientes	0	234
6.01.02.14	Outras contas a pagar	21.557	18.202
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-4.864	-9.932
6.02.02	Intangível	-343	-414
6.02.03	Imobilizado	-4.521	-9.518
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-12.342	-23.298
6.03.01	Captações de empréstimos e financiamentos	12.875	8.389
6.03.04	Amortização de empréstimos e financiamentos	-8.646	-14.020
6.03.05	Amortização de debêntures	-16.571	-17.667
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-19.116	-16.527
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	71.190	95.954
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	52.074	79.427

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 31/03/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	197.873	601	71.714	0	26.255	296.443	24	296.467
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	197.873	601	71.714	0	26.255	296.443	24	296.467
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	1	1
5.04.08	Participação de minoritários	0	0	0	0	0	0	1	1
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	53	3.660	-53	3.660	0	3.660
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	3.660	0	3.660	0	3.660
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	53	0	-53	0	0	0
5.05.02.06	Realização do custo atribuído	0	0	53	0	-53	0	0	0
5.07	Saldos Finais	197.873	601	71.767	3.660	26.202	300.103	25	300.128

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 31/03/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 31/03/2010
7.01	Receitas	336.996	315.497
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	343.523	320.639
7.01.02	Outras Receitas	-6.349	-5.032
7.01.02.01	(-) Abatimentos e descontos	-6.629	-6.547
7.01.02.02	Outras receitas	280	1.515
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-178	-110
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-252.946	-231.401
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-209.533	-191.103
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-39.175	-36.810
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-1.558	-2.330
7.02.04	Outros	-2.680	-1.158
7.03	Valor Adicionado Bruto	84.050	84.096
7.04	Retenções	-3.232	-2.878
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-3.232	-2.878
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	80.818	81.218
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	1.873	2.729
7.06.02	Receitas Financeiras	1.873	2.729
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	82.691	83.947
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	82.691	83.947
7.08.01	Pessoal	27.132	26.632
7.08.01.01	Remuneração Direta	17.249	17.646
7.08.01.02	Benefícios	5.369	4.848
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.765	1.809
7.08.01.04	Outros	2.749	2.329
7.08.01.04.01	Honorários da administração	1.590	1.522
7.08.01.04.02	Participação dos empregados nos lucros	558	367
7.08.01.04.03	Outros gastos	601	440
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	42.342	43.643
7.08.02.01	Federais	19.462	20.167
7.08.02.02	Estaduais	22.515	23.133
7.08.02.03	Municipais	365	343
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	9.557	9.990
7.08.03.01	Juros	5.565	6.182
7.08.03.02	Aluguéis	3.992	3.808
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	3.660	3.682
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	3.660	3.682

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Comentário de desempenho

31 de março de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Divulgação dos resultados do primeiro trimestre de 2011

Fortaleza – CE, 04 de maio de 2011 – A J.Macêdo S.A. (“J. Macêdo”), companhia líder nacional nos mercados de farinhas para uso doméstico e misturas para bolos, divulga seus resultados do primeiro trimestre de 2011 (1T11). As informações operacionais e financeiras estão apresentadas em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma. As comparações referem-se ao primeiro trimestre de 2010 (1T10), salvo indicação contrária.

Destaques do período

- A inovadora embalagem a vácuo dos produtos Farinha Dona Benta Integral e Farinha Reserva Especial Dona Benta conquista o Prêmio Embanews – Cases de Sucesso, na categoria Marketing – Linha Diferenciada de Embalagem. Estes são os primeiros produtos da categoria farinha de trigo em embalagem a vácuo no País, o que oferece mais praticidade no manuseio e armazenagem, além de garantir um prazo de validade mais longo, mantendo a farinha em perfeitas condições durante 12 meses. Esta iniciativa consolida o pioneirismo da marca Dona Benta em trazer novidades ao mercado, como fez ao lançar a primeira farinha de trigo com fermento e a primeira embalagem transparente da categoria.



- As marcas Dona Benta e Sol conquistam o prêmio Cozinha Profissional - Marcas de Destaque como as mais lembradas na categoria farinha de trigo por profissionais do segmento de *food service*. O prêmio é promovido anualmente pela revista Cozinha Profissional, considerada uma das mais importantes do País para o público deste segmento
- J.Macêdo inicia a operação no novo Centro de Distribuição de São José dos Campos, construído junto à unidade fabril da Companhia localizada naquela cidade. Com estrutura moderna, o novo CD faz parte do ciclo de investimentos da companhia, com o intuito de otimizar a malha logística de distribuição de produtos e ampliar o nível de serviço oferecido aos clientes.
- Atingimos receita Bruta de R\$ 343,2 milhões, 7,1% acima do mesmo período no ano anterior e 4,7% acima do 4T10.
- O Lucro Bruto foi de R\$ 89,6 milhões, 5,8% acima do mesmo período no ano anterior.
- A dívida líquida foi de R\$ 87,3 milhões, 68,7% acima do mesmo período em 2010, contudo foi alongado o perfil da dívida para 55%, comparado a 19% no longo prazo no 1T10.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Comentário de desempenho

31 de março de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desempenho Operacional

DESEMPENHO DO TRIGO

O primeiro trimestre de 2011 foi de grande volatilidade nos preços de todos os grãos e commodities e a linha foi de alta em relação ao fechamento de 2010. O spread das cotações dos contratos futuros de trigo na Bolsa de Chicago foi de USD 100/t entre as mínimas e máximas do período. Mesmo com a safra Argentina 2010/11 superando 15 milhões de toneladas, comparada com estimativas iniciais de 11-12 milhões de toneladas, os preços encontraram sustentação na demanda e na política de controle e restrição às exportações mantida pelo Governo local. Os preços FOB Argentina encerraram 2010 cotados a USD 300/t e no final de março a USD 350/t. A instabilidade política no norte da África, grande importadora do cereal, o terremoto e o tsunami do Japão, que comprometeram a estrutura portuária e a ação dos fundos de investimento, no início investindo em grãos e ao final do trimestre realocando suas posições para mercados de menor risco, contribuíram para a alta volatilidade dos preços no trimestre, o que deve permanecer por todo primeiro semestre de 2011.

A safra de trigo nacional de 2010, com mais de 6,0 milhões de toneladas e com boa qualidade geral, contou no início com suporte do Governo Federal através de dois leilões de prêmio para escoamento (PEP). Após a alta nos preços internacionais, exportações aconteceram sem necessidade de subsídios fazendo com que o Brasil exportasse nesta safra o recorde de 2,4 milhões de toneladas. A liquidez oferecida pela exportação sustentou preços acima do preço mínimo oficial (R\$ 477/t na região Sul), cotados ao final de março a R\$ 500/t no interior do Rio Grande do Sul e R\$ 520/t no Paraná.

O mercado de trigo, tanto no Brasil como na Argentina, permanece com seus preços finais influenciados por ações dos dois governos: pelo controle dos registros de exportação na Argentina e pela intervenção do governo brasileiro através de leilões PEP e de venda de seus estoques. A valorização das commodities agrícolas e as preocupações com a garantia de abastecimento de alimentos básicos a baixo custo têm levado os governos a intervenções cada vez mais frequentes no comércio de grãos e dificultado a elaboração de estratégias de abastecimento das empresas privadas.

Nas principais fontes de abastecimento da Companhia, os preços mostraram o seguinte comportamento de preços (valor FOB/t) nos fechamentos em 31/12/10 e 31/03/11: no trigo argentino USD 310 e USD 355 e no trigo americano hard USD 338 e USD 359 . No trigo nacional paranaense FOT/t, valores de R\$ 480 e R\$ 530.

MERCADO DE CONSUMO DOMÉSTICO

No segmento de consumo doméstico, a receita bruta da J.Macêdo no 1T11 subiu 6% impactada pelo aumento de preços de 13%, parcialmente neutralizado pela redução de 7% nos volumes em relação à igual período de 2010. J. Macêdo liderou o aumento de preços com objetivo claro de proteção de suas margens. As margens ficaram melhores: 27,5% no primeiro trimestre de 2011 vs. 27,1% no primeiro trimestre de 2010. Os mercados de Farinhas e Massas retraíram 2,5% e 0,8%, respectivamente, segundo a ACNielsen.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Comentário de desempenho

31 de março de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

VENDAS

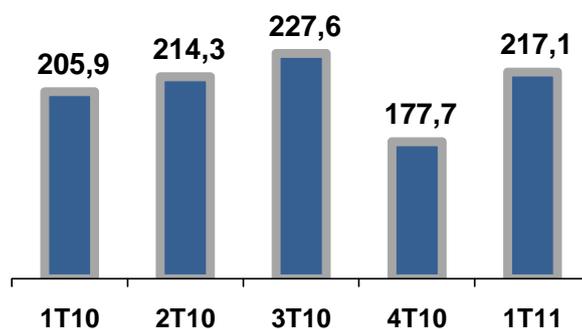
O volume de vendas total atingiu 217,1 mil toneladas no primeiro trimestre de 2011, um volume 5,4% maior que o mesmo período de 2010. Excluindo o volume de outros, fechamos o trimestre com 160,2 mil toneladas, 6,7% inferior que o primeiro trimestre de 2010 e no mesmo patamar que o quarto trimestre de 2010. J.Macêdo continua firme na proteção de suas margens, cumprindo seu papel de líder nas categorias de Farinhas e Misturas nos aumentos de preços, repassando a pressão dos custos de trigo. Também em Massas, nas áreas de liderança, iniciou o processo de aumento dos preços.

Toneladas	1T11	1T10	1T11 X 1T10 (%)	4T10	1T11 X 4T10 (%)
Farinha Doméstica e Farelo	113.463	120.808	-6,1%	109.649	3,5%
Massa	32.337	35.191	-8,1%	33.893	-4,6%
Mistura para Bolo	9.105	8.662	5,1%	10.029	-9,2%
Biscoito	4.323	4.697	-8,0%	5.138	-15,9%
Sobremesa*	706	1.923	-63,3%	985	-28,3%
Fermento	233	297	-21,5%	324	-28,1%
Subtotal Consumo	160.167	171.578	-6,7%	160.018	0,1%
Outros	56.908	34.313	65,8%	17.632	222,8%
Total J.Macedo	217.075	205.891	5,4%	177.650	22,2%

* Nova fórmula com redução do peso líquido, garantindo mesmo rendimento, impacta a comparabilidade direta dos volumes

Volume de Vendas

(em toneladas)



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Comentário de desempenho

31 de março de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

DESEMPENHO POR LINHA DE PRODUTO - CONSUMO

▪ Farinhas:

Segundo a ACNielsen, o volume total do mercado comercializado de Farinhas Domésticas caiu 2,5%, enquanto a participação de mercado da J.Macêdo subiu de 26,0% para 26,9% no ano 2009 vs. 2010.

O mercado de Farinhas Domésticas representou 36,6% da receita da Companhia no 1T11. Em relação ao mesmo período de 2010, a receita aumentou 15%, impactada pelo volume 6% menor e por preços 22% maiores. Comparando ao 4T10, receita e volume aumentaram 1% e 2%, respectivamente. J.Macêdo continua seguindo a estratégia de melhoria da rentabilidade do negócio de Farinhas e proteção de suas margens.

▪ Massas:

O mercado de Massas, se retraiu em 0,8% considerando o ano de 2010 em relação a 2009, segundo a cobertura ACNielsen. A participação de mercado da J.Macêdo caiu de 10,5% para 10,0% no período. Nos últimos meses, a participação da Companhia neste segmento esteve estável.

Massas representaram 24,4% da receita da Companhia no 1T11. A receita da J.Macêdo subiu 1%, enquanto o volume reduziu 8% em comparação com o 1T10. Em relação ao 4T10, a receita reduziu 6% e o volume, 5%. Buscamos volumes com margens saudáveis, por meio do reposicionamento das marcas e da concentração das ações em segmentos e regiões em que é possível obter maior valor agregado.

▪ Misturas:

O mercado de Misturas apresentou crescimento de 2,0% em volume, segundo a ACNielsen, na média móvel de 2009 em relação a 2010. A participação de mercado da J.Macêdo caiu de 38,2% para 35,9% no ano 2009 vs. 2010.

Este segmento representou 9,3% da receita da Companhia no 1T11. Receita subiu 9% e volume 4% comparando com o mesmo período de 2010. Em relação ao 4T10, houve queda de receita e volume em 9%.

▪ Outras categorias:

O segmento de Biscoitos, que representou 4,9% da receita da Companhia no 1T11, teve redução de 13% na receita e de 16% em volume em comparação ao 4T10.

A receita do segmento de Sobremesas, que representou 2,5% da receita da Companhia no 1T11, teve redução de 23%, enquanto o volume foi 28% menor, comparados ao 4T10. Como houve mudança na fórmula, garantindo o mesmo rendimento ao consumidor, a comparabilidade direta de volumes com 1T10 não é adequada. A queda real do volume neste período foi de 11%.

O segmento de Fermentos, que representou 1,3% da receita da Companhia no 1T11, apresentou redução de 20% em receita e de 28% em volume em comparação com o 4T10.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Comentário de desempenho

31 de março de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Desempenho Econômico-Financeiro

PRINCIPAIS INDICADORES

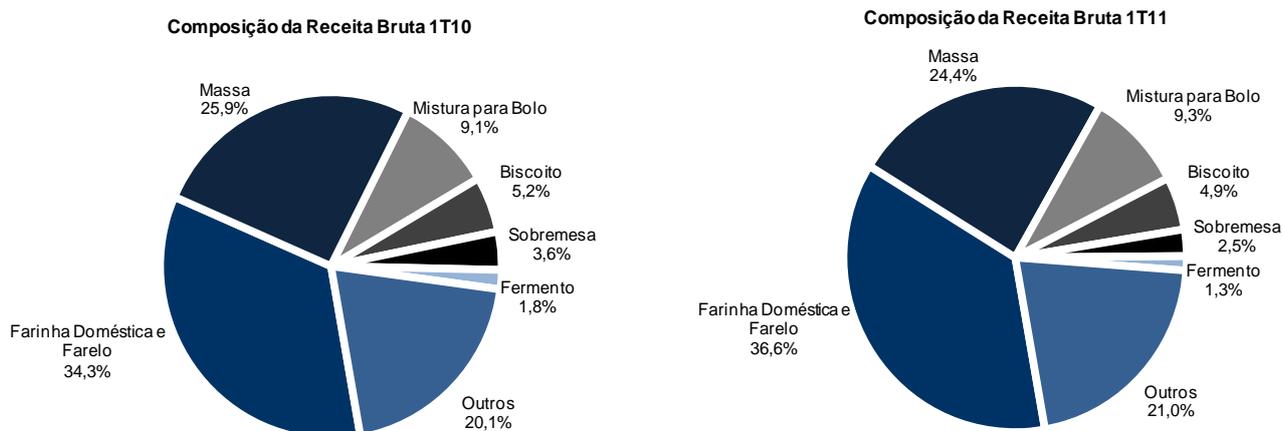
Descrição	1T11	1T10	1T11 X 1T10 (%)	4T10	1T11 X 4T10 (%)
Receita Bruta	343,2	320,4	7,1%	327,8	4,7%
Receita Líquida de Impostos	299,4	276,2	8,4%	286,8	4,4%
Lucro Bruto	89,6	84,7	5,8%	96,7	-7,3%
Lucro Bruto/ Receita Líquida (%)	29,9%	30,7%	-0,8 p.p.	33,7%	-3,8 p.p.
Resultado antes do IR	3,1	3,7	-16,2%	2,5	24,0%
Margem Operacional (%)	1,0%	1,3%	-0,3 p.p.	0,9%	0,1 p.p.
EBITDA*	44,0	28,4	54,9%	43,9	0,2%
Margem EBITDA (%)*	3,7%	2,4%	1,3 p.p.	3,2%	0,5 p.p.

* 12 últimos meses

RECEITA BRUTA

A receita bruta no 1T11 totalizou R\$ 343,2 milhões, 7,1% superior aos R\$ 320,4 milhões registrados no 1T10.

O gráfico a seguir ilustra a composição da receita bruta da Companhia no primeiro trimestre de 2010 e de 2011:

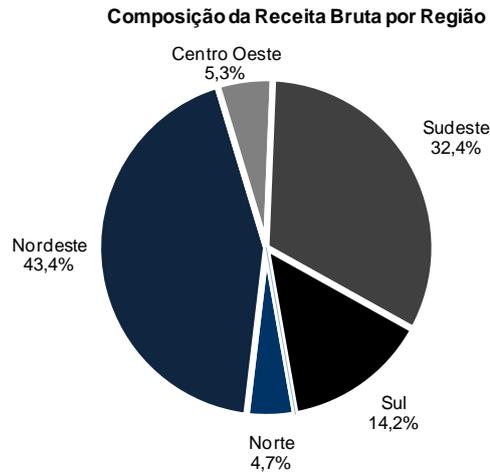


Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Comentário de desempenho

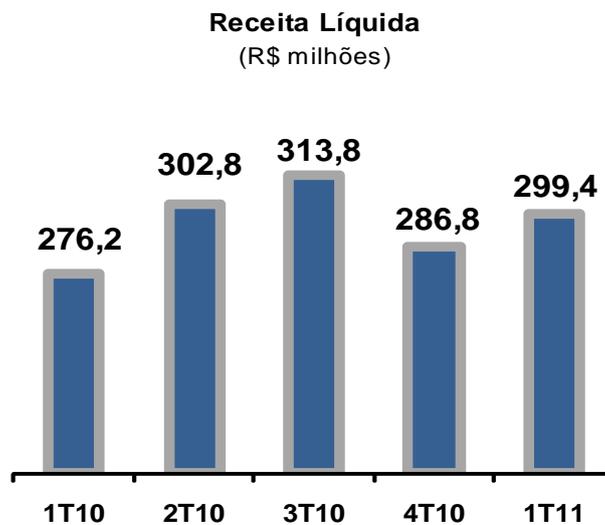
31 de março de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



RECEITA LÍQUIDA

A receita líquida da J.Macêdo somou R\$ 299,4 milhões no 1T11, um aumento de 8,4% em relação ao mesmo período de 2010.



CUSTOS DE BENS E/OU SERVIÇOS VENDIDOS

Os custos de bens e/ou serviços vendidos no 1T11 totalizaram R\$ 209,8 milhões, equivalentes a 70,1% da receita líquida, comparados aos R\$ 191,4 milhões (69,3% da receita líquida) registrados no 1T10.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

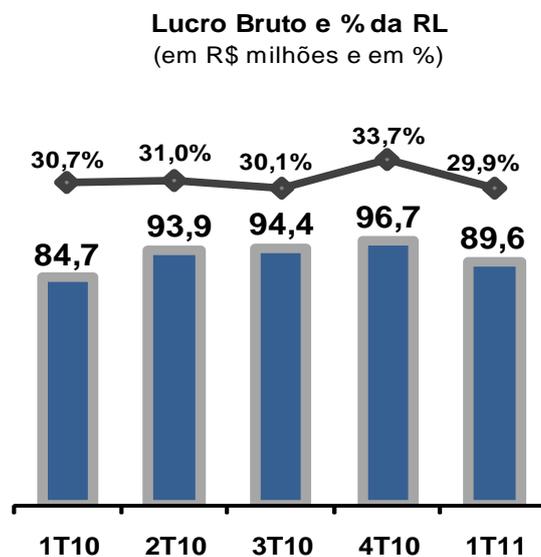
Comentário de desempenho

31 de março de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

LUCRO BRUTO

O lucro bruto do 1T11 foi de R\$ 89,6 milhões, um acréscimo de 5,8% em relação aos R\$ 84,7 milhões registrados no 1T10 e um decréscimo de 7,3% comparado com 4T10, devido principalmente ao fato da captura dos aumentos dos preços ter sido similar ao impacto do aumento dos custos, consistente com nossa liderança no aumento de preços com o objetivo de proteção das margens de contribuição dos nossos produtos. No trimestre, este lucro representa 29,9% da receita líquida enquanto no mesmo período do ano anterior, representava 30,7%.



DESPESAS OPERACIONAIS

As despesas operacionais do 1T11 totalizaram R\$ 82,9 milhões, correspondentes a 27,7% da receita líquida do mesmo período, 6,6% acima dos R\$ 77,8 milhões registrados no 1T10 (28,2% da receita líquida).

Excluindo o impacto de outras despesas/receitas e de depreciação/amortização, as despesas do 1T11 foram de R\$ 76,8 milhões, correspondentes a 25,7% da receita líquida do mesmo período, 4,3% acima dos R\$ 73,6 milhões registrados no 1T10 (26,6% da receita líquida).

As despesas gerais e administrativas são impactadas por despesas com pessoal e serviços de terceiros.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Comentário de desempenho

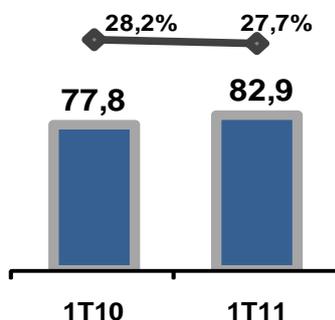
31 de março de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesas Operacionais	1T11	1T10	1T11 X 1T10 (%)	4T10	1T11 X 4T10 (%)
Vendas	(53,2)	(50,3)	5,8%	(58,9)	-9,7%
Gerais e Administrativas	(22,0)	(21,8)	0,9%	(27,7)	-20,6%
Honorários da Administração	(1,6)	(1,5)	6,7%	(1,6)	0,0%
Depreciação/Amortização	(3,2)	(2,9)	10,3%	(2,7)	18,5%
Outras despesas/ receitas	(2,9)	(1,3)	123,1%	0,1	N/A
Total	(82,9)	(77,8)	6,6%	(90,8)	-8,7%

Despesas Operacionais e % RL

(em R\$ milhões e em %)



RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

Resultado Financeiro	1T11	1T10	1T11 X 1T10 (%)	4T10	1T11 X 4T10 (%)
Receitas Financeiras	1.869	2.726	-31,4%	2.970	-37,1%
Despesas Financeiras	(5.937)	(6.513)	-8,8%	(6.650)	-10,7%
Total	(4.068)	(3.787)	7,4%	(3.680)	10,5%

No 1T11, a J.Macêdo registrou resultado financeiro líquido de R\$ 4,1 milhões de despesas, comparado com R\$ 3,8 milhões no 1T10. Apesar da redução de juros médios pagos pela Companhia em função de substituição de dívida de curto prazo, bastante indexada ao CDI, para recursos de longo prazo, juros fixos ou predominantemente indexados a TJLP, houve aumento do endividamento líquido no período, principalmente por aumento de capital de giro, em especial estoques.

RESULTADO OPERACIONAL E EBITDA

Como consequência dos aspectos comentados previamente, J.Macêdo encerra o 1T11 com lucro operacional de R\$ 3,1 milhões, comparado com o lucro de R\$ 3,7 milhões registrados no 1T10.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Comentário de desempenho

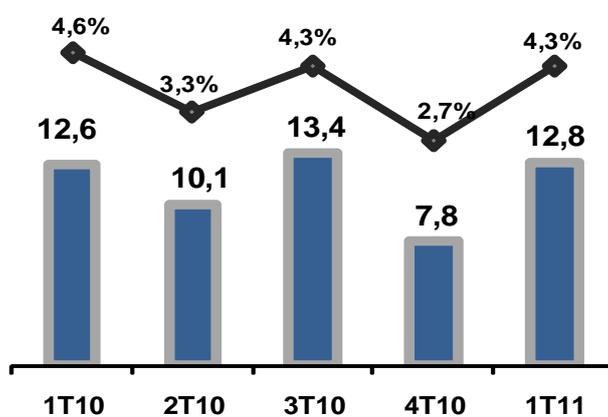
31 de março de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O EBITDA (lucro antes dos juros, impostos, depreciações e amortizações) do 1T11 totalizou R\$ 12,8 milhões, acima dos R\$ 12,6 milhões no mesmo período do ano passado, acima também dos R\$7,8 milhões registrados no 4T10. O EBITDA acumulado de doze meses totalizou R\$ 44,0 milhões (margem de 3,7% da receita líquida), similar aos R\$ 43,9 milhões (também 3,7% da receita líquida) no ano de 2010.

EBITDA e Margem EBITDA

(em R\$ milhões e em %)



Reconciliação do EBITDA Controladora	1T11	1T10
Lucro antes do IR e CS - LAIR	3,1	3,7
Depreciação/ Amortização Custos	2,9	2,7
Depreciação/ Amortização Despesas	3,2	2,9
Resultado Financeiro	4,1	3,8
Equivalência	(0,5)	(0,5)
EBITDA	12,8	12,6

LUCRO LÍQUIDO

Devido aos aspectos operacionais citados anteriormente, o lucro líquido registrado no 1T11 foi de R\$ 3,7 milhões, com margem líquida de 1,2%, quando no mesmo período do ano passado o lucro líquido foi de R\$ 3,7 milhões, com margem líquida de 1,3% e no quarto trimestre de 2010 foi de R\$ 6,5 milhões, com margem líquida de 2,3%.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Comentário de desempenho

31 de março de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

ENDIVIDAMENTO

Dívida Líquida	1T11	1T10	1T11 X 1T10 (%)	4T10	1T11 X 4T10 (%)
Curto Prazo	64,5	108,8	-40,7%	64,4	0,2%
Empréstimos e Financiamentos	49,8	79,2	-37,1%	34,0	46,5%
Debêntures	14,7	29,6	-50,3%	30,4	-51,6%
Longo Prazo	78,0	25,6	205,0%	86,9	-10,2%
Empréstimos e Financiamentos	78,0	11,0	N/A	86,9	-10,2%
Debêntures	-	14,6	N/A	-	N/A
Total Endividamento	142,5	134,4	6,0%	151,3	-5,8%
(-) Caixa	(55,2)	(82,6)	-33,2%	(74,6)	-26,0%
Dívida Líquida	87,3	51,7	68,7%	76,7	13,8%

Indicadores Financeiros	1T11	1T10	1T11 X 1T10 (%)	4T10	1T11 X 4T10 (%)
Dívida Líquida/ Ebitda	1,98	1,82	8,8%	1,75	13,1%
Dívida Líquida/ PL	0,29	0,17	70,6%	0,29	0,0%
Endividamento/ Ativo Total	0,22	0,20	10,0%	0,26	-15,4%

Nota: Indicadores da Controladora

O endividamento líquido da Companhia no primeiro trimestre foi 13,8% maior que em dezembro de 2010 e 68,7% maior que março de 2010, por aumento de capital de giro e investimentos. Houve alongamento no perfil da dívida, longo prazo representando 55% do total, comparado com 19% em março de 2010.

Os indicadores financeiros, tais como os de liquidez e custo líquido da dívida continuaram positivos neste período, sempre dentro dos limites definidos pelos *covenants* dos contratos de empréstimos e debêntures.

INVESTIMENTOS

No 1T11, o total de investimentos da J.Macêdo em imobilizado para ampliação da capacidade de produção e logística somou R\$ 4,5 milhões, uma redução de 52,6% em relação aos R\$ 9,5 milhões em investimentos no mesmo período do ano anterior.

No trimestre, a J.Macêdo concluiu sua fase de investimentos em ampliação de capacidade instalada no segmento de massas em suas unidades de produção, tendo colocado em funcionamento a ampliação de capacidade nas unidades de Salvador e São José dos Campos. Também entrou em operação o novo centro de distribuição em São José dos Campos, viabilizando o fechamento da unidade de Barueri e focando em eficiência e melhoria do nível de serviço ao cliente.

A Companhia mantém investimentos nas seguintes sociedades controladas: Tergran – Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. e Pico da Caledônia Empreendimentos. As movimentações desses investimentos estão apresentadas nas Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Comentário de desempenho

31 de março de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Alianças e Parcerias

Destacamos que a aliança de sete anos de parceria com a Bunge Alimentos tem resultado positivamente para a competitividade e flexibilidade da Companhia nos processos de originação e moagem de trigo e formação conjunta de uma rede de Distribuidores e *Merchandising* compartilhada.

Recursos Humanos

A área de Recursos Humanos segue focada em atuar como consultora do negócio na busca de resultados através da gestão de pessoas. Um dos programas desenvolvido pela área de RH, que tem foco na melhoria contínua, participação e reconhecimento da equipe, é o Idéias em Ação, através do qual os funcionários inscrevem suas idéias, sendo as melhores implementadas e reconhecidas financeiramente. Neste trimestre, concluímos o primeiro ano de funcionamento desta iniciativa em nossas fábricas. Os autores das melhores idéias de 2010, aquelas que mais trouxeram progressos significativos para a companhia em melhoria de processos e redução de custos, foram reconhecidos nacionalmente com um prêmio.

Focada na segurança e bem estar dos funcionários, a área de Recursos Humanos vem buscando favorecer a cultura de prevenção de acidentes na companhia. Com este propósito, foi promovida a Campanha de Cuidado com as Mãos. Todos os funcionários, principalmente os das fábricas, foram envolvidos na campanha, comunicada através de adesivos, e-mail marketing e cartazes nos quadros de comunicação. Durante o período da campanha, os diálogos diários de segurança foram focados no reforço dos procedimentos de segurança que previnem acidentes com as mãos, através de materiais informativos e ações lúdicas.

Perspectivas

A Administração continua consistente na sua trajetória estratégica e segue construindo uma posição competitiva de baixo custo na cadeia de produção e suprimentos, suportando a melhoria de distribuição de nossos produtos e valorizando nossas marcas através de uma política consistente de preços e marketing. A melhoria da qualidade no atendimento do cliente e do canal combinados com maior eficiência na logística e na produção serão os pilares para o aumento da rentabilidade da Companhia.

Auditoria Independente

Em atendimento à Instrução CVM 381/2003 e às políticas internas de J.Macêdo S.A., informamos que os Auditores Independentes não prestaram serviços que pudessem gerar conflito de interesse.

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia e controladas

a) Objeto social

A J. Macêdo S.A. ("Companhia") atua preponderantemente na produção e comercialização de farinhas de trigo para o consumo doméstico, misturas prontas para bolo, gelatinas e sobremesas, massas alimentícias, biscoitos e fermentos para uso doméstico, segregados por categorias de negócios, entre elas farinhas, massas, misturas para bolo e sobremesas vendidas, principalmente, sob as marcas Dona Benta, Sol, Petybon, Brandini, Veneranda, Boa Sorte e Chiarini.

A Companhia opera com centros de distribuição nas regiões nordeste, norte, centro oeste, sudeste e sul, com a finalidade de melhor atender aos clientes da linha de consumo. Esses centros de distribuição, além de facilitar a movimentação de produtos acabados, contribuem para melhor armazenagem dos produtos.

b) Acordo operacional com a Bunge Alimentos S.A.

A Companhia tem contrato de industrialização por encomenda com a Bunge Alimentos S.A. formalizando um acordo de industrialização recíproca, datado de 30 de janeiro de 2004 e aditado em 3 de julho de 2006, pelo qual a Bunge Alimentos S.A. produz para a J. Macêdo S.A. farinha de trigo para consumo doméstico ou para fabricação própria de massas, misturas e biscoitos e, a J. Macêdo S.A. produz para a Bunge Alimentos farinha de trigo para a indústria processadora de alimentos (industrializados, panificação e *food service*), em caráter complementar às suas respectivas atividades.

c) Aprovação das informações trimestrais

As informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia relativas ao período findo em 31 de março de 2011 foram autorizadas para emissão de acordo com a resolução dos membros do Conselho de Administração em 04 de maio de 2011.

2. Políticas contábeis

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas com base em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das informações trimestrais foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo, análise do risco de crédito para determinação da provisão para devedores duvidosos, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia e suas controladas revisam suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

As informações trimestrais individuais e consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB.

2.1 Base de consolidação

As informações trimestrais consolidadas são compostas pelas informações trimestrais da Companhia e suas controladas em 31 de março de 2011 e de 2010, apresentadas abaixo a seguir:

Razão social	País sede	% participação societária	
		31/03/11	31/03/10
(i) Tergran - Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. ("Tergran")	Brasil	33,33	33,33
(ii) Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A ("Pico da Caledônia")	Brasil	99,90	99,90

- (i) Tergran (sociedade de capital fechado) – investimento efetuado em conjunto com Grande Moinho Cearense S.A. e M. Dias Branco S.A. Indústria e Comércio de Alimentos (controlada em conjunto – participação de 33,33% de cada investidor). A Tergran é uma empresa de propósito específico cujo objeto social é a exploração da atividade de operadora portuária realizando, em especial, a descarga e armazenagem de grãos no porto de Fortaleza para atender aos três moinhos localizados na zona portuária.
- (ii) Pico da Caledônia (sociedade de capital fechado) – como previsto nos instrumentos contratuais do acordo operacional firmado entre J. Macêdo S.A. e Bunge Alimentos S.A., cada uma das partes convencionou constituir companhias separadas sob forma de sociedades por ações, tendo sido as ações respectivas, objeto de penhor, para garantia das operações pactuadas. A controlada da J. Macêdo S.A. foi constituída em 2004 sob a razão social de "Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A.", detendo a controladora a propriedade de 999 ações do capital social e a Bunge Alimentos S.A. de 1 ação. Em contrapartida, a Bunge Alimentos S.A. constituiu uma outra sociedade denominada Serra do Lopo Empreendimentos e Participações S.A., detendo a Bunge Alimentos S.A. 999 ações e a J. Macêdo S.A. 1 ação.

A Pico da Caledônia é uma empresa de propósito específico, e seu capital social foi subscrito mediante conferência, em 2006, de bens da J. Macêdo S.A. representados pelos Moinhos de Salvador e Fortaleza.

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.1 Base de consolidação--Continuação

A controlada Tergan é consolidada proporcionalmente e a controlada Pico da Caledônia é consolidada integralmente a partir da data de aquisição, sendo esta a data na qual a Companhia obtém controle, e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixe de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que o da controladora, utilizando políticas contábeis consistentes. Todos os saldos intragrupo, receitas e despesas e ganhos e perdas não realizados, oriundos de transações intragrupo, são eliminados por completo.

Comparando com os requerimentos mencionados acima, os quais são aplicados de forma prospectiva, a seguinte diferença era aplicável e foi ajustada aos requerimentos mencionados acima, para fins de comparabilidade: as participações de não controladores representavam a parcela do lucro ou prejuízo e patrimônio líquido que não era detida pela Companhia e eram apresentadas separadamente na demonstração consolidada do resultado e no patrimônio líquido no balanço patrimonial consolidado, em separado do patrimônio líquido da controladora.

2.2 Investimentos

Os investimentos da Companhia em suas controladas são contabilizados com base no método da equivalência patrimonial. Uma controlada é uma entidade sobre a qual a Companhia exerça influência significativa. Os demais investimentos permanentes são registrados pelo custo de aquisição deduzido da provisão para desvalorização, quando aplicável.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio das controladas, a Companhia reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Companhia e as controladas, quando aplicável, são eliminadas de acordo com a participação mantida nas controladas.

A participação societária nas controladas será demonstrada na demonstração do resultado como equivalência patrimonial, representando o lucro líquido atribuível aos acionistas das controladas.

As informações trimestrais das controladas são elaboradas para o mesmo período de divulgação que a Companhia. Quando necessário, são efetuados ajustes para que as políticas contábeis estejam de acordo com as adotadas pela Companhia.

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em suas controladas. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável das controladas e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

Quando ocorrer perda de influência significativa sobre as controladas, a Companhia avaliará e reconhecerá o investimento neste momento a valor justo. Será reconhecida no resultado qualquer diferença entre o valor contábil da controlada no momento da perda de influência significativa e o valor justo do investimento remanescente e resultados da venda.

2.3. Transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são contabilizadas utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data da respectiva transação. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data do balanço patrimonial. As variações cambiais são reconhecidas na demonstração do resultado quando incorridas.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e suas controladas e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia e suas controladas avaliam as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Venda de produtos

A receita de venda de produtos é reconhecida quando os riscos e benefícios significativos da propriedade dos produtos forem transferidos ao comprador, o que geralmente ocorre na sua entrega.

Receita de juros

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

Impostos diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- quando o imposto diferido passivo surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, onde o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- quando o imposto diferido ativo relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, impostos diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se tornam prováveis que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.5 Impostos--Continuação

Impostos diferidos--Continuação

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados às taxas aplicáveis a época das realizações desses ativos e passivos, de acordo com a legislação na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeita à mesma autoridade tributária.

Imposto sobre vendas

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto:

- quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- valores a receber e a pagar apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

2.6 Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e lançado no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

Quando a Companhia e suas controladas recebem benefícios não monetários, o bem e o benefício são registrados pelo valor nominal e refletidos nas informações trimestrais ao longo da vida útil esperada do bem, em prestações anuais iguais.

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.7. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais de um instrumento financeiro. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, onde tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros em: (i) ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, (ii) mantidos até o vencimento, (iii) empréstimos e recebíveis dedutíveis disponíveis para venda.

Nos períodos findos em 31 de março de 2011 e de 2010 não foram realizadas operações com instrumentos financeiros derivativos, tais como: “forwards”, “opções” ou “swap”.

Os principais ativos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e mútuo com empresas ligadas.

Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia e suas controladas são: fornecedores, empréstimos e financiamentos e contas a pagar a empresas associadas.

2.8 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo, excluídos os investimentos e outros tipos de aplicações. A Companhia e suas controladas consideram equivalentes de caixa, uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.9 Estoques

Os estoques são avaliados ao custo ou valor líquido realizável, dos dois o menor.

Os custos incorridos para levar cada produto à sua atual localização e condição são contabilizados da seguinte forma:

- Matérias primas - custo de aquisição segundo o custo médio; e
- Produtos acabados e em elaboração - custo dos materiais diretos e mão-de-obra e uma parcela proporcional das despesas gerais indiretas de fabricação com base na capacidade operacional normal, mas excluindo custos de empréstimos.

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.9 Estoques--Continuação

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para a realização da venda.

2.10 Imobilizado

Máquinas, equipamentos e outros ativos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia e suas controladas reconhecem essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma inspeção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos nas informações trimestrais quando incorridos.

Na data de transição para as normas internacionais de contabilidade – IFRS e novos CPCs, a Companhia fez uso do dispositivo previsto no CPC nº 37 e seguindo orientação da Interpretação ICPC nº 10 – Interpretação sobre a Aplicação Inicial ao Ativo Imobilizado e à Propriedade para Investimento dos Pronunciamentos Técnicos CPCs nº 27, nº 28, nº 37 e nº 43, avaliou suas Máquinas, Equipamentos, Edificações e Terrenos de determinadas unidades para atribuir um novo custo (*deemed cost*). A vida útil remanescente de todos os bens foi revisada.

Depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, às taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, demonstradas na Nota 13.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é incluído na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual, a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.11 Arrendamentos mercantis

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseada em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, do direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

Companhia como arrendatária

Arrendamentos mercantis financeiros que transferem à Companhia basicamente todos os riscos e benefícios relativos à propriedade do item arrendado, são capitalizados no início do arrendamento mercantil pelo valor justo do bem arrendado ou, se inferior, pelo valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento mercantil. Sobre o custo são acrescidos, quando aplicável, os custos iniciais diretos incorridos na transação. Os pagamentos são registrados como encargos financeiros e redução de passivo resultando na obtenção de taxa de juros constante que é aplicada sobre o saldo remanescente desse passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os bens arrendados são depreciados ao longo da sua vida útil. Contudo, quando não houver razoável certeza de que a Companhia obterá a propriedade ao final do prazo do arrendamento mercantil, o ativo é depreciado ao longo da sua vida útil estimada ou o prazo do arrendamento mercantil, dos dois o menor.

Os pagamentos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos como despesa na demonstração do resultado de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

2.12 Custos de empréstimos

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda, quando aplicável, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa no período em que são incorridos. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.13 Propriedades para investimento

Propriedades para investimento são inicialmente mensuradas ao custo, incluindo custos da transação. O valor contábil inclui o custo de reposição de parte de uma propriedade para investimento existente à época em que o custo for incorrido se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos; excluindo os custos do serviço diário dessa propriedade. Após o reconhecimento inicial, propriedades para investimento são apresentadas ao valor justo, que reflete as condições de mercado na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são incluídos na demonstração do resultado no período em que forem gerados.

Propriedades para investimento são baixadas quando vendidas ou quando a propriedade para investimento deixa de ser permanentemente utilizada e não se espera nenhum benefício econômico futuro da sua venda. A diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo é reconhecido na demonstração do resultado no período da baixa.

Transferências são feitas para a conta de propriedade para investimento, ou desta conta, apenas quando houver uma mudança no seu uso.

2.14 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo na data da aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Ativos intangíveis gerados internamente, excluindo custos de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que forem incorridos.

A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida útil definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.14 Ativos intangíveis--Continuação

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos ou perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

2.15 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

O seguinte critério é também aplicado para avaliar perda por redução ao valor recuperável de ativos específicos:

Ágio pago por expectativa de rentabilidade futura

Teste de perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.15 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros--Continuação

Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação à perda por redução ao valor recuperável anualmente em 31 de dezembro, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

2.16 Provisões

Geral

Provisões são reconhecidas quando a Companhia e suas controladas têm uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia e suas controladas esperam que o valor de uma provisão seja reembolsado, em todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada nas informações trimestrais, líquida de qualquer reembolso.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas são partes de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja provável para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita.

Programa de participação nos resultados

A Administração da Companhia provisionou a participação dos administradores e funcionários no resultado, em função de metas operacionais e financeiras.

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.17 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia e suas controladas concluíram que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.18 Demonstrações dos fluxos de caixa e demonstrações do valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM ° 641, de 07 de outubro de 2010 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A demonstração do valor adicionado foi preparada e esta apresentada de acordo com a Deliberação CVM ° 557, de 12 de novembro de 2008 que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

2.19 Novos IFRS e Interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira de IASB)

Alguns novos pronunciamentos contábeis do IASB e interpretações do IFRIC foram publicados e/ou revisados e têm a sua adoção opcional até 31 de dezembro de 2012. A Administração da Companhia e controladas avaliou os impactos destes novos pronunciamentos e interpretações e não prevê que sua adoção provoque um impacto significativo nas informações anuais da Companhia e controladas no exercício de aplicação inicial, conforme segue:

- IFRS 9 Instrumentos Financeiros - Classificação e Mensuração - A IFRS 9 encerra a primeira parte do projeto de substituição da “IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. A IFRS 9 utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, baseada na maneira pela qual uma entidade administra seus instrumentos financeiros (seu modelo de negócios) e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passará a vigorar para exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013.

A Companhia não espera que as mudanças tenham impacto significativo em suas demonstrações financeiras consolidadas.

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. Políticas contábeis--Continuação

2.19 Novos IFRS e Interpretações do IFRIC (Comitê de interpretação de informação financeira de IASB) --Continuação

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos

Julgamentos

A preparação das informações trimestrais individuais e consolidadas da Companhia e suas controladas requerem que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das informações trimestrais. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

Estimativas e Premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro são discutidas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia e suas controladas ainda não tenham se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e a taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. As principais premissas utilizadas para determinar o valor recuperável das diversas unidades geradoras de caixa, incluindo análise de sensibilidade, são detalhadas na Nota 19.

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativos-- Continuação

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e o valor e época de resultados tributáveis futuros. A Companhia e suas controladas constituem provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia e suas controladas.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Para mais detalhes sobre impostos diferidos, vide Nota 9.

Valor justo de instrumentos financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercado ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes a caixa e aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Bancos conta movimento	2.170	5.750	2.455	5.813
Aplicações financeiras:				
<i>Circulante:</i>				
Fundos de renda fixa	-	-	-	317
CDB – Certificado de depósito bancário	49.101	65.059	49.619	65.059
	51.271	70.809	52.074	71.189
<i>Não Circulante:</i>				
Fundos de renda fixa	3.193	3.110	3.193	3.110
CDB – Certificado de depósito bancário	678	672	678	672
	3.871	3.782	3.871	3.782
	55.142	74.591	55.945	74.971

As aplicações financeiras referem-se substancialmente aos fundos de investimentos financeiros com remunerações próximas a variação do depósito interbancário. Essas operações possuem liquidez imediata, exceto as operações que estão classificadas no não circulante, as quais foram dadas em garantia de fiança bancária de processo judicial com prazo indeterminado referente a J.Macêdo S.A – Comércio, Administração e Participações, controladora da J.Macêdo S.A.

5. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Clientes no país	92.629	84.621	92.704	84.749
Desconto de verbas contratuais	(6.477)	(7.062)	(6.477)	(7.062)
Provisão devedores duvidosos	(1.089)	(911)	(1.089)	(911)
	85.063	76.648	85.138	76.776

O desconto de verbas contratuais de clientes será deduzido dos respectivos valores das faturas em aberto.

Em 31 de março de 2011, contas a receber de clientes no valor de R\$ 15.000 (31 de dezembro de 2010: R\$ 25.900) se constituem em garantia fiduciária das debêntures (Nota 17).

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Contas a receber de clientes--Continuação

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Prazo:				
A vencer	88.865	81.097	88.940	81.225
1 a 30 dias	2.092	2.126	2.092	2.126
31 a 60 dias	372	323	372	323
61 a 90 dias	178	45	178	45
91 a 120 dias	121	110	121	110
121 a 150 dias	68	189	68	189
151 a 180 dias	32	4	32	4
Vencidos há mais de 180 dias	901	727	901	727
	92.629	84.621	92.704	84.749

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa para os trimestres findo em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Saldo inicial do trimestre	(911)	(1.837)	(911)	(1.837)
Constituição de provisão	(202)	(165)	(202)	(165)
Reversões e baixas	24	1.091	24	1.091
Saldo final	(1.089)	(911)	(1.089)	(911)

6. Partes relacionadas

As informações trimestrais incluem as informações financeiras da Companhia e controladas relacionadas na Nota 2.1.

O quadro a seguir apresenta os saldos em aberto em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, bem como o valor total das transações realizadas com partes relacionadas nos exercícios findos naquelas datas.

Companhias	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
<u>Ativo não circulante</u>				
J. Macêdo Alimentos S.A.	3.476	3.201	3.476	3.201
	3.476	3.201	3.476	3.201
<u>Passivo</u>				
Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A.	4.852	4.564	-	-
	4.852	4.564	-	-

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Partes relacionadas--Continuação

Empresa líder do conglomerado

A J. Macêdo S.A. é controlada pela J.Macêdo Alimentos S.A., a qual é uma subsidiária da J.Macêdo S.A. – Comércio, Administração e Participações.

Entidades com influência significativa sobre a Companhia

- J.Macêdo Alimentos S.A.
- J.Macêdo S.A. – Comércio, Administração e Participações.
- MAC-DO Administração e Participações S.A
- BDM Participações Ltda.

Participação conjunta na qual a Companhia é uma das participantes

- Tergran – Terminais de Grãos de Fortaleza Ltda. (Vide Nota 2.1)

Termos e condições de transações com partes relacionadas

A Pico da Caledônia Empreendimentos e Participações S.A. possui acordo de industrialização, conforme citado na Nota 1, por prazo indeterminado.

Os moinhos da Pico da Caledônia são parte integrante do acordo operacional com a Bunge Alimentos S.A..

Sobre os saldos a receber entre as empresas do Grupo em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 não há provisão registrada para créditos de liquidação duvidosa, devido à ausência de títulos em atraso com risco de realização.

O quadro a seguir apresenta o valor total das transações realizadas com partes relacionadas nos trimestres findos em 31 de março de 2011 e 2010:

Companhias	Aquisição de materiais e serviços			
	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/03/10	31/03/11	31/03/10
Cipolin S.A. (1)	8.018	23.772	8.018	23.772
Pico da Caledônia S.A.	487	491	-	-
Tergran Ltda	619	700	-	-
	9.124	24.963	8.018	23.772

(1) Importação de trigo fundamentalmente da Argentina e Uruguai, a preço de mercado. Essas operações são usualmente liquidadas à vista ou com prazo inferior a sete dias.

Notas Explicativas **J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO**

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Partes relacionadas--Continuação

Contratos de arrendamento

Contrato de Arrendamento de Estabelecimento Industrial e Outras Avenças, firmado em 30 de janeiro de 2004 com a Pico da Caledônia, por meio do qual as unidades industriais de Fortaleza e Salvador são arrendadas à Companhia, com renovação a critério exclusivo da Companhia. Ressalte-se que, em igual data, aludidos bens foram objeto de subscrição de capital naquela controlada, em consonância com os acordos operacionais recíprocos celebrados com a parceira Bunge; e

Contrato de Arrendamento de Estabelecimento Industrial e Comercial e de Outras Avenças, firmado em 15 de outubro de 2003, com a J. Macêdo Alimentos S.A., tendo como objeto a unidade industrial em Londrina no Estado do Paraná.

Remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia e suas controladas

A Assembléia Geral Ordinária determinou a fixação do pró-labore mensal e global dos administradores em até R\$ 1.083 (R\$ 13.000/ ano), cuja distribuição, individual, foi fixada pelos administradores. No primeiro trimestre de 2011, as despesas com honorários da administração foram de R\$ 1.590 (No primeiro trimestre de 2010: R\$ 1.522).

Participação dos colaboradores e administradores nos resultados

A Companhia concede participação nos resultados a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício. No primeiro trimestre de 2011 e de 2010, foram registrados, a título de participação nos resultados, os montantes de R\$ 558 e R\$ 320 respectivamente.

Avais e garantias

A Companhia concedeu garantia de fiança bancária, cujo valor em 31 de março de 2011 era de R\$ 3.871 (dezembro de 2010: R\$ 3.782), para a J.Macêdo S.A. – Comércio, Administração e Participações, conforme citado na Nota 4.

As operações para financiamento e capital de giro junto a instituições financeiras são, em sua maioria, lastreadas por títulos das contas a receber de clientes e notas promissórias emitidas pela Companhia. Apenas uma pequena parcela dessas operações, entretanto, no que concerne a garantias, recebeu avais de nossa controladora J. Macêdo Alimentos S.A., não representando mais do que 7% do saldo devedor total junto a instituições financeiras.

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Matéria prima	56.565	38.698	56.565	38.698
Importações em andamento	54	3.106	54	3.106
Produtos em processo	1.701	1.912	1.701	1.912
Produtos acabados	38.049	33.570	38.049	33.570
Materiais de produção	9.147	17.153	9.147	17.153
Materiais de manutenção e outros	5.928	5.801	5.928	5.801
Adiantamentos a fornecedores (a)	28.664	8.229	28.664	8.229
(-) Provisão para perdas em estoque	(1.871)	(851)	(1.871)	(851)
	138.237	107.618	138.237	107.618

(a) Substancialmente representado por adiantamentos a fornecedores de trigo.

A movimentação da provisão para perdas em estoques para os trimestres findos em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 está assim representada:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Saldo inicial do trimestre	(851)	(1.256)	(851)	(1.256)
Adições	(2.302)	(8.035)	(2.302)	(8.035)
Reversões e baixas	1.282	8.440	1.282	8.440
Saldo final	(1.871)	(851)	(1.871)	(851)

8. Impostos e contribuições sociais a compensar

	Controladora					
	31/03/11			31/12/10		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir, apropriar e/ou receber	17.228	11.774	29.002	14.042	11.486	25.528
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	2.563	2.060	4.623	2.775	2.024	4.799
Imposto de renda a compensar	3.012	-	3.012	4.278	-	4.278
PIS e COFINS a compensar	2.999	-	2.999	2.916	238	3.154
Outros impostos e contribuições	456	-	456	530	-	530
	26.258	13.834	40.092	24.541	13.748	38.289

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Impostos e contribuições sociais a compensar--Continuação

	Consolidado					
	31/03/11			31/12/10		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS a ressarcir, apropriar e/ou receber	17.228	11.774	29.002	14.042	11.486	25.528
ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado	2.563	2.060	4.623	2.775	2.024	4.799
Imposto de renda a compensar	3.036	-	3.036	4.301	-	4.301
PIS e COFINS a compensar	2.999	-	2.999	2.916	238	3.154
Outros impostos e contribuições	456	-	456	530	-	530
	26.282	13.834	40.116	24.564	13.748	38.312

9. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem R\$ 240 no período de 12 meses, enquanto que a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência.

A Companhia fundamentada na expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, reconhece os créditos tributários sobre prejuízos fiscais, despesas não dedutíveis temporariamente e bases negativas da contribuição social que não possuem prazo prescricional e cuja compensação está limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis. O imposto de renda diferido foi registrada pela alíquota efetiva. A contribuição social diferida foi registrada à alíquota de 9%.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos apresentam a seguinte natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	21.142	21.073	21.142	21.073
Diferenças temporárias:				
Provisão para devedores duvidosos	303	253	303	253
Provisão para perdas com estoques	520	237	520	237
Provisão para contingências	2.666	2.533	2.666	2.533
Outras provisões	593	552	593	552
Total diferido ativo	25.224	24.648	25.224	24.648
Ágio Chiarini	(564)	(475)	(564)	(475)
Ajuste de avaliação patrimonial	(11.059)	(11.088)	(13.500)	(13.529)
Total diferido passivo	(11.623)	(11.563)	(14.064)	(14.004)
Líquido IR e CS diferido	13.601	13.085	11.159	10.644

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

9. Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro--Continuação

Reconciliação do diferido

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Saldo inicial do trimestre	13.085	30.620	10.643	28.179
Constituição	488	4.021	488	4.021
Realização de ajuste avaliação patrimonial	28	(111)	28	(111)
Compensações/ Refis IV (Nota 20)	-	(21.445)	-	(21.445)
	13.601	13.085	11.159	10.644

De acordo com as projeções elaboradas pela Administração da Companhia o imposto de renda e a contribuição social diferidos em 31 de março de 2011, serão realizados nos seguintes prazos:

	Consolidado	
	31/03/11	31/12/10
2012	1.328	1.298
2013	3.350	3.274
A partir de 2014	20.546	20.076
	25.224	24.648

A composição da despesa com imposto de renda e contribuição social é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/03/10	31/03/11	31/03/10
Corrente				
Imposto de renda	-	-	(107)	(113)
Contribuição social	-	-	(42)	(40)
	-	-	(149)	(153)
Diferidos				
Imposto de renda	306	(20)	306	(20)
Contribuição social	208	(8)	208	(8)
	514	(28)	514	(28)
	514	(28)	365	(181)

Conforme permitido pela Lei 11.941/09, a Companhia utilizou em 2010, R\$ 21.445 de imposto de renda e contribuição social diferidos, calculados sobre o prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social para quitação das multas, juros e encargos legais relativos aos débitos incluídos no parcelamento denominado Programa de Recuperação Fiscal – “REFIS”, descrito na Nota 20.

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Ativo não circulante mantido para venda

Em 31 de março de 2011, refere-se, basicamente, a um terreno recebido como quitação de dívida no montante de R\$ 915 (31 de dezembro de 2010: R\$ 915), situado em Bayeux – PB.

11. Propriedade para investimento

As propriedades para investimento são registradas a valor justo, que foi determinado com base em avaliações realizadas por empresa especializada. O valor justo dos imóveis foi determinado pelo Método Evolutivo, onde o valor do terreno foi obtido pelo Método Comparativo de Dados de Mercado e o valor das edificações e benfeitorias pelo Método da Quantificação de Custo, de acordo com as partes 1 e 2 da NBR 14653.

12. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Participações em empresas controladas	28.527	28.045	-	-
Ágio (Nota 14a)	6.399	6.399	-	-
Outros investimentos	64	64	64	64
	34.990	34.508	64	64

	31/03/11		31/03/10	
	Tergran	Pico da Caledônia	Total	Total
Informações sobre as investidas				
Quantidade de ações possuídas	2.193.000	999		
Participação no capital total e votante	33,33%	99,90%		
Capital social	9.204	18.389		
Patrimônio líquido	10.870	24.928		
Lucro líquido do período	429	339		
Movimentação dos investimentos				
Saldo inicial	3.481	24.564	28.045	30.685
Ajuste saldo inicial	(2)	-	(2)	-
Saldo inicial ajustado	3.479	24.564	28.043	-
Distribuição de lucros	-	-	-	(300)
Equivalência patrimonial	145	339	484	527
Saldo final	3.624	24.903	28.527	30.912

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado

a) Controladora

a.1 Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação -%	31/03/11			31/12/10		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Terrenos	-	11.490	-	11.490	11.490	-	11.490
Edificações e outros imóveis	3,6	143.328	(65.166)	78.162	143.344	(65.065)	78.279
Benfeitorias em bens de terceiros	3,6	10.052	(1.577)	8.475	9.894	(1.412)	8.482
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	9,1	172.288	(74.904)	97.384	168.386	(71.976)	96.410
Instalações	8,0	9.822	(2.769)	7.053	9.707	(2.600)	7.107
Móveis e utensílios	15,0	9.259	(5.873)	3.386	9.749	(6.101)	3.648
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	35,4	6.569	(4.327)	2.242	6.563	(4.004)	2.559
Veículos	19,6	2.129	(972)	1.157	2.129	(923)	1.206
Outros	14,0	3.659	(706)	2.953	3.596	(634)	2.962
		368.596	(156.294)	212.302	364.858	(152.715)	212.143
Adiantamento a fornecedores		3.088	-	3.088	3.411	-	3.411
		371.684	(156.294)	215.390	368.269	(152.715)	215.554

a.2 Movimentação dos saldos

	Saldo em 31/12/10	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/03/11
Terrenos	11.490	-	-	-	-	11.490
Edificações e outros imóveis	78.279	526	-	(150)	(493)	78.162
Benfeitorias em bens de terceiros	8.482	174	(14)	-	(167)	8.475
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	96.410	3.604	(147)	46	(2.529)	97.384
Instalações	7.107	65	(40)	147	(226)	7.053
Móveis e utensílios	3.648	64	(160)	(34)	(132)	3.386
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	2.559	17	(2)	-	(332)	2.242
Veículos	1.206	-	-	-	(49)	1.157
Outros	2.962	70	(2)	92	(169)	2.953
Adiantamento a fornecedores	3.411	-	-	(323)	-	3.088
	215.554	4.520	(365)	(222)	(4.097)	215.390

Notas Explicativas

J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado--Continuação

b) Consolidado

b.1 Composição dos saldos

	Taxas médias anuais de depreciação -%	31/03/11			31/12/10		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo	Depreciação acumulada	Valor residual
Terrenos	-	21.018	-	21.018	21.018	-	21.018
Edificações e outros imóveis	3,6	146.096	(66.606)	79.490	146.112	(66.528)	79.584
Benfeitorias em bens de terceiros	3,6	10.052	(1.577)	8.475	9.894	(1.412)	8.482
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	9,1	174.564	(76.735)	97.829	170.656	(73.742)	96.914
Instalações	8,0	10.119	(3.067)	7.052	10.003	(2.892)	7.111
Móveis e utensílios	15,0	9.291	(5.897)	3.394	9.780	(6.123)	3.657
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	35,4	6.569	(4.329)	2.240	6.563	(4.004)	2.559
Veículos	19,6	2.129	(972)	1.157	2.129	(923)	1.206
Outros	14,0	3.658	(705)	2.953	3.596	(634)	2.962
		383.496	(159.888)	223.608	379.751	(156.258)	223.493
Adiantamento a fornecedores		3.088	-	3.088	3.411	-	3.411
		386.584	(159.888)	226.696	383.162	(156.258)	226.904

b.2 Movimentação dos saldos

	Saldo em 31/12/10	Adições	Alienações e/ou baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/03/11
Terrenos	21.018	-	-	-	-	21.018
Edificações e outros imóveis	79.584	526	-	(150)	(470)	79.490
Benfeitorias em bens de terceiros	8.482	173	(14)	-	(166)	8.475
Máquinas, aparelhos e equipamentos industriais	96.914	3.610	(147)	46	(2.594)	97.829
Instalações	7.111	66	(40)	147	(232)	7.052
Móveis e utensílios	3.657	65	(160)	(34)	(134)	3.394
Equipamentos e aplicativos de processamento de dados	2.559	17	(2)	-	(334)	2.240
Veículos	1.206	-	-	-	(49)	1.157
Outros	2.962	70	(2)	92	(169)	2.953
Adiantamento a fornecedores	3.411	-	-	(323)	-	3.088
	226.904	4.527	(365)	(222)	(4.148)	226.696

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado--Continuação

b) Consolidado--Continuação

Ativos concedidos em garantias

Parte do ativo imobilizado foi cedido para garantia dos empréstimos e financiamentos, conforme na Nota 16, e para contingências.

c) Arrendamentos mercantis financeiros

A Companhia possui certos contratos de arrendamentos que, em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 06 (R1)– Operações de Arrendamento Mercantil são classificadas como arrendamentos.

A Companhia estima o prazo total de cada contrato de arrendamento, considerando os prazos de renovação que são de faculdade exclusiva da Companhia e que para os quais perdas econômicas ou penalidades existam em caso de término do contrato após o seu prazo original. Este prazo estimado é usado para se determinar se um arrendamento deve ser classificado como operacional ou financeiro e no cálculo das despesas de aluguel de maneira linear durante todo o prazo do contrato. Adicionalmente, a vida útil das benfeitorias em imóveis arrendados é limitada ao prazo do contrato de arrendamento ou à vida útil econômica do bem. Abatimentos, carências e descontos são considerados no cálculo dos aluguéis.

Os principais efeitos relativos aos contratos de arrendamento financeiro estão descritos a seguir:

c.1) Ativo Imobilizado (“Propriedades com arrendamento mercantil”):

Tipo	Prazo do contrato (anos)	31/03/11			31/12/10		
		Custo (*)	Depreciação acumulada	Saldo líquido	Custo (*)	Depreciação acumulada	Saldo líquido
Estabelecimentos Industriais	21 e 22	45.310	(34.078)	11.232	45.310	(33.916)	11.394
		45.310	(34.078)	11.232	45.310	(33.916)	11.394

(*) Valor presente dos aluguéis mínimos

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

13. Imobilizado--Continuação

c.2) Obrigações do arrendamento mercantil

O vencimento dos pagamentos dos aluguéis mínimos dos arrendamentos financeiros está descrito a seguir:

31/03/11			
Vencimento	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos
2011	1.337	(1.109)	228
2012 a 2015	7.132	(5.657)	1.475
Após 2015	22.627	(11.417)	11.210
	31.096	(18.183)	12.913

31/12/10			
Vencimento	Pagamentos mínimos	Desconto a valor presente	Valor presente dos pagamentos mínimos
2010	1.783	(1.481)	302
2011 a 2015	7.132	(5.657)	1.475
Após 2015	22.626	(11.417)	11.209
	31.541	(18.555)	12.986

c.3) Contas de resultado

No trimestre findo em 31 de março de 2011, a Companhia registrou no resultado, R\$ 162 (primeiro trimestre de 2010: R\$ 162) de despesas de depreciação, R\$ 372 (primeiro trimestre de 2010: R\$ 378) de despesas de juros com arrendamento financeiro. O total de aluguéis mínimos pagos no mesmo período totalizou R\$ 446 (primeiro trimestre de 2010: R\$ 446).

d) Arrendamentos operacionais

Os contratos de arrendamento classificados como operacionais que possuem os seguintes vencimentos e pagamentos mínimos:

Vencimento	Pagamentos mínimos
2011	4.421
2012	3.974
2013 em diante	5.747
	14.142

O total dos pagamentos mínimos dos arrendamentos operacionais no primeiro trimestre de 2011 foi de R\$ 2.207 (primeiro trimestre de 2010: R\$ 797).

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	Softwares e sistemas informatizados (b)	Ágio na aquisição de investimentos (a)	Softwares e sistemas informatizados (b)	Total
	Definida	Indefinida	Definida	
Vida útil				
Custo:				
Em 31 de dezembro de 2010	36.147	6.399	36.147	42.546
Adições – desenvolvimento interno	343		343	343
Em 31 de março de 2011	36.490	6.399	36.490	42.889
Amortização:				
Em 31 de dezembro de 2010	(14.863)	-	(14.863)	(14.863)
Amortização	(1.785)	-	(1.785)	(1.785)
Em 31 de março de 2011	(16.648)	-	(16.648)	(16.648)
Valor contábil líquido:				
Em 31 de março de 2011	19.842	6.399	19.842	26.241
Em 31 de dezembro de 2010	21.284	6.399	21.284	27.683

(a) Esse ágio está fundamentado na expectativa de rentabilidade futura decorrente de sinergias, ganhos em escala e fortalecimento da presença da Companhia no Estado de Minas Gerais. O valor da aquisição da Chiarini foi de R\$ 28.128, dos quais R\$ 19.484 representam o valor a pagar a maior em relação ao valor do patrimônio líquido pelos livros contábeis da Chiarini em 31 de dezembro de 2008. Do montante de R\$ 19.484, R\$ 13.135 foram alocados ao ativo imobilizado, basicamente, a máquinas e equipamentos e veículos, sendo que o saldo remanescente de R\$ 6.399 está representado pelo ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, registrado no ativo intangível.

(b) Softwares referem-se a licenças de direito de uso e demais gastos com serviços complementares necessários para a utilização desses softwares a partir de 1º de janeiro de 2009, em especial, o sistema integrado de gestão empresarial – ERP do SAP. Estes ativos intangíveis serão amortizados à taxa de 20% ao ano com base na vida útil estimada ou prazo das licenças.

15. Fornecedores

Refere-se a contas a pagar a fornecedores basicamente de insumos, sem a incidência de encargos financeiros. São geralmente liquidadas em prazos de 07 a 60 dias.

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Empréstimos e financiamentos (controladora e consolidado)

Moeda nacional	Indexador	Taxas de Juros (a.a.)	31/03/11	31/12/10
Capital de giro (1)	Pré-fixado	11,25%	39.261	42.167
FINAME (2)	TJLP	1,9%	2.754	2.904
FINEM BNDES (2)	Pré-fixado, TJLP e moedas	2,45% à 4,5%	68.990	69.129
Crédito Rural	Pré-fixado	6,75%	16.756	6.680
			127.761	120.880
Circulante			(49.759)	(33.974)
Não circulante			78.002	86.906

(1) Garantido, não em sua totalidade, com aval da controladora J. Macêdo Alimentos S.A., títulos em cobrança e nota promissória.

(2) Garantido por alienação fiduciária dos bens e/ou nota promissória.

As parcelas vencíveis a longo prazo apresentam o seguinte cronograma de vencimento:

Ano	31/03/11	31/12/10
2012	21.098	30.203
2013	14.769	14.703
A partir de 2014	42.135	42.000
	78.002	86.906

A Companhia está obrigada a observar determinados índices associados ao balanço e à demonstração do resultado do exercício, os quais estão adequadamente cumpridos em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

17. Debêntures (controladora e consolidado)

	31/03/11	31/12/10
Passivo		
Circulante		
Principal	13.239	29.578
Encargos	1.681	1.165
(-)Custos de captação	(206)	(309)
	14.714	30.434

Em atendimento à Deliberação CVM nº 556, que aprova o Pronunciamento Técnico CPC 08 (R1), passamos a contabilizar os custos de transação incorridos na captação de recursos como redutora da conta de debêntures e amortizá-los com base na mesma base de amortização das debêntures.

Características da oferta:

Debêntures	1ª. Emissão
Série	Única
Quantidade de títulos emitidos	10.360
Remuneração	CDI + 1,5% a.a.
Vencimento	01/09/2011

Em 18 de outubro de 2007, foi efetuada a liquidação financeira referente à primeira oferta pública de debêntures da Companhia com data de emissão de 1º de setembro de 2007 e valor nominal de R\$ 10, com a captação do montante

As debêntures foram emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificado e não serão conversíveis em ações da Companhia.

O valor do principal será amortizado em 7 parcelas semestrais, a partir do 12º mês da data de emissão, sendo a primeira em 1º de setembro de 2008 e a última em 1º de setembro de 2011.

A operação está garantida pela cessão fiduciária de direitos creditórios de titularidade da J. Macêdo S.A., decorrentes da comercialização de seus produtos, representados por duplicatas físicas e/ou escriturais.

Esta operação teve classificação de risco brBBB+ da "Standard & Poor's".

A Companhia está obrigada a observar determinados índices associados ao balanço e à demonstração do resultado do exercício, os quais estão adequadamente cumpridos em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

18. Outros ativos financeiros e passivos financeiros (controladora e consolidado)

Valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. Os seguintes métodos e premissas foram utilizados para estimar o valor justo.

- Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.
- O valor justo de instrumentos não negociáveis, de empréstimos bancários, debêntures e outras dívidas financeiras, de obrigações sob arrendamento mercantil financeiro, assim como de outros passivos financeiros não circulantes, é estimado através dos fluxos de caixa futuro descontado utilizando taxas atualmente disponíveis para dívidas ou prazos semelhantes e remanescentes.

Valor justo--Continuação

Encontra-se a seguir uma comparação por classe do valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia apresentados nas informações trimestrais.

	Valor contábil		Valor justo	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Ativos financeiros				
Contas a receber de clientes	85.063	76.648	85.063	76.648
Caixas e equivalente de caixa	51.271	70.809	51.271	70.809
Aplicações financeiras	3.871	3.782	3.871	3.782
	140.205	151.239	140.205	151.239
Passivos financeiros				
Contas a pagar a fornecedores	41.444	41.227	41.444	41.227
Empréstimos e financiamentos	127.761	120.880	127.761	120.880
Debêntures	14.714	30.434	14.714	30.434
Arrendamento mercantil	12.913	12.986	12.913	12.986
	196.832	205.527	196.832	205.527

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Teste de perda por redução ao valor recuperável do ágio pago por expectativa de rentabilidade futura e intangíveis com vida útil indefinida (controladora e consolidado)

Para fins de teste de perda por redução ao valor recuperável, o ágio adquirido por meio de aquisição de negócio com vida indefinida foi alocada à unidade geradora de caixa "Pouso Alegre", operação localizada no Estado de Minas Gerais.

Valor contábil do ágio alocado a essa unidade geradora de caixa:

	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
Valor contábil do ágio	6.399	6.399

A Companhia realizou o teste de valor recuperável em 25 de agosto de 2010 e considera, entre outros fatores, a relação entre sua geração de caixa e seu valor contábil, quando efetua revisão para identificar indicadores de perda por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável da unidade geradora de caixa Chiarini foi determinado por meio de cálculo baseado no valor em uso a partir de projeções de caixa provenientes de orçamentos financeiros aprovados pela alta Administração para os próximos cinco anos. O fluxo de caixa projetado foi atualizado para refletir a demanda esperada de produtos. A taxa de desconto real antes dos impostos aplicada a projeções de fluxo de caixa é de 8,3% (2009: nominal de 12,2%) e os fluxos de caixa que excedem o período de 5 anos são extrapolados sem taxa de crescimento real, como em 2009, dado que a unidade atinge sua plena capacidade. Como resultado dessa análise, a Administração não identificou perda por redução ao valor recuperável.

Principais premissas utilizadas em cálculos com base no valor em uso

O cálculo do valor em uso para as unidades geradoras de caixa é mais sensível às seguintes premissas:

Margens brutas – As margens brutas são baseadas nos valores médios obtidos nos exercícios que antecedem o início do período orçamentário. Essas margens são aumentadas levemente ao longo do período orçamentário para fins dos ganhos de eficiência planejados.

Taxas de descontos – As taxas de descontos refletem a atual avaliação de mercado referente aos riscos específicos da unidade geradora de caixa. A taxa de desconto foi estimada com base no custo médio ponderado de capital.

Inflação de preços de matérias-primas – As variações de preços de matérias-primas vem sendo utilizadas como indicador de futuras variações de preço.

Premissas de participação no mercado – Essas premissas são dados do segmento para taxas de crescimento, e que possibilitam que a Administração avalie como a posição da unidade relativamente aos seus concorrentes poderia mudar ao longo do período orçamentário. A Administração espera que a participação da Companhia do mercado de massas cresça consistentemente até o limite da capacidade produtiva que acontecerá em 2016.

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Tributos a recolher

	Controladora					
	31/03/11			31/12/10		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	15.085	-	15.085	12.111	-	12.111
PIS e COFINS	512	1.767	2.279	1.938	-	1.938
IRPJ e CSSL	223	-	223	278	-	278
Parcelamento ICMS a recolher (a)	964	662	1.626	957	897	1.854
Diferimento ICMS (PROVIN)	2.908	1.947	4.855	3.345	2.113	5.458
REFIS IV (b)	3.699	4.914	8.613	3.699	5.515	9.214
INSS retido	327	-	327	366	-	366
ISS retido	212	-	212	99	-	99
Outros	467	-	467	92	-	92
Total	24.397	9.290	33.687	22.885	8.525	31.410

	Consolidado					
	31/03/11			31/12/10		
	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
ICMS	15.085	-	15.085	12.111	-	12.111
PIS e COFINS	535	1.767	2.302	1.954	-	1.954
IRPJ e CSSL	295	-	295	317	-	317
Parcelamento ICMS a recolher (a)	964	662	1.626	957	897	1.854
Diferimento ICMS (PROVIN)	2.908	1.947	4.855	3.345	2.113	5.458
REFIS IV (b)	3.699	4.914	8.613	3.699	5.515	9.214
INSS retido	327	-	327	393	-	393
ISS retido	212	-	212	101	-	101
Outros	489	-	489	127	-	127
Total	24.514	9.290	33.804	23.004	8.525	31.529

(a) Em 31 de março de 2011, os saldos em aberto são compostos por até 21 parcelas mensais.

(b) REFIS – Programa de Recuperação Fiscal

Em 27 de maio de 2009, através da Lei 11.941/09, o Governo Federal aprovou o Programa de Recuperação Fiscal – REFIS, que veio a permitir às empresas a oportunidade de regularizar seus débitos mediante um sistema especial de pagamentos e de parcelamentos, das suas obrigações fiscais e previdenciárias existentes até 30 de novembro de 2008.

A J. Macedo S.A. formalizou em 19 de novembro de 2009 sua opção pelo Programa de Recuperação Fiscal instituído pelo Governo Federal para a quitação de impostos e contribuições sociais, atendendo todos os requisitos da referida Lei.

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

20. Tributos a recolher—Continuação

(b) REFIS – Programa de Recuperação Fiscal--Continuação

De acordo com as normas legais acima referidas a dívida bruta totaliza R\$ 55.594. Nessa dívida foram considerados os débitos que não foram alvos de parcelamentos, reinclusões de débitos que tinham solicitados sua inclusão no PAES, parcelamentos em andamento dos PAES e PAEX, e débitos do REFIS I.

A redução legal sobre a dívida bruta totalizou R\$ 14.918. Conseqüentemente, o valor da dívida líquida, antes da compensação dos saldos de prejuízos fiscais importa no valor de R\$ 20.112 em 31 de dezembro de 2010. Em 31 de março de 2011, o saldo da dívida era de R\$ 19.771, líquidos de imposto de renda e contribuição social diferidos, no valor de R\$ 21.445, os quais serão utilizados para quitação parcial da referida dívida.

Ainda assim, após sua consolidação, o saldo de R\$ 19.771, deverá ser parcialmente liquidado com o saldo de correspondentes depósitos judiciais, no valor de R\$ 11.158, atualizados até 31 de março de 2011, reduzindo esta obrigação para R\$ 8.613, após a compensação dos referidos depósitos.

c) Os montantes a pagar no longo prazo têm a seguinte composição por ano de vencimento:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/11	31/12/10
2012	4.652	3.423
2013	369	414
A partir de 2014	4.269	4.688
	9.290	8.525

21. Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/12/10	31/03/11	31/12/10
Adiantamentos decorrentes de acordos contratuais	36.076	15.781	36.076	15.781
Contas a pagar antigos acionistas da Chiarini (a)	11.350	12.063	11.350	12.063
Outros	10.095	7.752	10.117	7.752
	57.521	35.596	57.543	35.596
Circulante	(47.516)	(24.860)	(47.538)	(24.860)
Não circulante	10.005	10.736	10.005	10.736

a) Refere-se ao saldo a pagar pela aquisição da Chiarini, conforme descrito na Nota 1c. Esse valor vem sendo pago em parcelas mensais, com vencimento final em 5 de janeiro de 2017. Sobre o saldo devedor parte incide a variação do IGPM e parte a variação do CDI.

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são partes em vários processos judiciais e administrativos de natureza tributária, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal dos negócios.

A Administração da Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para contingências constituída é suficiente para cobrir as eventuais perdas com os processos judiciais. As provisões para contingências foram constituídas para os processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na opinião de seus advogados e consultores legais.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia e suas controladas.

O quadro a seguir, demonstra a mutação das provisões para contingências nos períodos entre 1º de outubro de 2010 a 31 de março de 2011.

	Tributárias (a)	Trabalhista (b)	Cível (c)	Saldo líquido
Saldo em 1º de outubro de 2010	4.836	3.645	4.080	12.561
Provisões	36	736	15	787
Reversão de provisões	(375)	-	(2.085)	(2.460)
Transferência para o Refis IV (Nota 21b)	-	-	-	-
Pagamentos/ Depósitos	-	(886)	(1.103)	(1.989)
Encargos financeiros	78	-	130	208
Saldo em 31 de dezembro de 2010	4.575	3.495	1.037	9.107
Provisões	500	146	300	946
Reversão de provisões	(272)	(106)	(196)	(574)
Transferência para o Refis IV (Nota 21b)	-	-	-	-
Pagamentos/ Depósitos	-	(301)	-	(301)
Encargos financeiros	94	120	22	236
Saldo em 31 de março de 2011	4.897	3.354	1.163	9.414

a) Tributárias

Em 31 de março de 2011, a Companhia figurava como ré em ações de natureza tributária administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R\$ 147.945 (dezembro de 2010: R\$ 143.701) sendo R\$ 63.966 (31 de dezembro de 2010: R\$ 61.772) de tributos federais; R\$ 83.592 (31 de dezembro de 2010: R\$ 81.550) de impostos estaduais e R\$ 387 (31 de dezembro de 2010: R\$ 379) de tributos municipais. Do valor total da contingência tributária, (i) R\$ 4.897 (31 de dezembro de 2010: R\$ 4.575) referem-se à chance provável de perda, em diversas ações e outras provisões para as quais ainda não existe ação judicial; (ii) R\$ 92.870 (31 de dezembro de 2010: R\$ 75.437) referem-se à chance possível de perda em diversas ações e (iii) R\$ 54.743 (31 de dezembro de 2010: R\$ 68.028) referem-se à chance remota de perda em diversas ações.

Notas Explicativas
J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

22. Provisão para contingências--Continuação**a) Tributárias--Continuação**

Os Estados de Ceará, Bahia, Espírito Santo, Goiás, Pará, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rondônia e São Paulo exigem supostos débitos de ICMS no valor de R\$ 83.592 em 31 de março de 2011 (31 de dezembro de 2010: R\$ 81.550).

Adicionalmente, a Companhia está pleiteando a homologação de compensação efetuada entre créditos de PIS e COFINS (originados de pagamentos indevidos por conta da inclusão, na base de cálculo dessas contribuições, de receitas de vendas com destino à Zona Franca de Manaus) com débitos de COFINS e IRPJ. O valor estimado do pleito é de R\$ 1.467 em 31 de março de 2011 (31 de dezembro de 2010: R\$ 1.433).

b) Trabalhistas

As principais questões envolvidas nas ações trabalhistas individuais em andamento contra a Companhia referem-se a horas extras e seus encargos, diferenças salariais decorrentes de equiparações e ações de indenização por dano material e moral decorrentes de acidente de trabalho.

Em 31 de março de 2011, existiam diversas ações judiciais trabalhistas em andamento. O valor total envolvido nestas ações trabalhistas é de aproximadamente R\$ 24.273 (31 de dezembro de 2010: R\$ 23.304). Do valor total da contingência na esfera judicial, estima a Administração da Companhia que (i) R\$ 3.354 (31 de dezembro de 2010: R\$ 3.495) referem-se à chance provável de perda; e (ii) R\$ 15.829 (31 de dezembro de 2010: R\$ 15.390) referem-se à chance possível de perda.

Em 31 de março de 2011, os depósitos judiciais para o pagamento de execuções trabalhistas e recursais totalizavam o montante de R\$ 2.802 (31 de dezembro de 2010: R\$ 2.822).

c) Cíveis e administrativas

Em 31 de março de 2011, a Companhia era ré em ações de natureza cível administrativa e judicial, cujo valor em andamento é de R\$ 7.480 (31 de dezembro de 2010: R\$ 7.411). Do total da contingência, estima a Administração da Companhia que (i) R\$ 1.163 (31 de dezembro de 2010: R\$ 1.037) referem-se à chance de perda provável; e (ii) R\$ 5.829 (31 de dezembro de 2010: R\$ 5.745) referem-se à chance possível de perda.

A maior parte das ações nas quais a Companhia figura como ré envolve questões usuais e inerentes à atividade comercial e refere-se, sobretudo a ações indenizatórias, representantes comerciais, ações de cobrança fundadas em motivos variados, entre outros.

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Subvenções governamentais (Controladora)

a) ADENE (Âmbito Federal)

A Companhia é beneficiária de incentivo fiscal que se constitui em: (i) Redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos desde o ano 2008 até 2017, na industrialização de trigo e fabricação de massas alimentícias, para as unidades de Cabedelo, Maceió e Fortaleza. Para a unidade de Salvador a Companhia é beneficiária de incentivo fiscal, com redução de 75% do imposto de renda e adicionais por 10 (dez) anos desde o ano de 2008 até 2017, na fabricação de massas alimentícias, e redução de 12,5% a partir do ano de 2009 até 2013 na industrialização de trigo e seus derivados. Os incentivos da Companhia são calculados sobre o lucro da exploração decorrente da modernização total de sua capacidade instalada. Os incentivos fiscais são reconhecidos mensalmente, no resultado do exercício, na data de sua apuração. Durante o primeiro trimestre de 2011 e 2010, a Companhia apurou prejuízo fiscal, não havendo base para cálculo do lucro da exploração.

b) Estado do Ceará

A unidade de Fortaleza da J. Macêdo S.A. é beneficiária do incentivo fiscal estadual relativo ao Programa de Incentivo ao Funcionamento de Empresas – PROVIN, que prevê o diferimento de 75% do valor do ICMS apurado mensalmente, incidente sobre as entradas mensais de trigo em grão no estabelecimento, durante 120 meses, contados a partir de janeiro de 2005 até junho de 2014. O pagamento do ICMS diferido equivale a 15% da parcela, com atualização pela TJLP ao término do período de carência de 36 meses, para os incentivos fiscais incorridos até outubro de 2006 e 24 meses nos períodos subseqüentes, sendo a diferença (85%) registrada no resultado do exercício, como redutora da conta de despesa (ou custo) do ICMS.

Durante o primeiro trimestre de 2011, este incentivo fiscal totalizou R\$ 1.517 (primeiro trimestre de 2010: R\$ 2.478).

c) Estado da Bahia

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Industrial e de Integração Econômica (“DESENVOLVE”), conforme Resolução do Conselho Deliberativo do DESENVOLVE nº 43, de 17 de março de 2005, e modificações posteriores dadas pelas Resoluções nº 86, de 1º de novembro de 2006, nº 96, de 30 de agosto de 2008 e nº 59, de 26 de agosto de 2009.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais relativos ao ICMS, mediante a dilação do prazo para o seu pagamento em até 72 (setenta e dois) meses. Ademais, as regras do DESENVOLVE foram concedidas à J. Macêdo até fevereiro de 2017.

Durante o primeiro trimestre de 2011, este incentivo fiscal totalizou R\$ 2.636 (primeiro trimestre de 2010: R\$ 3.060).

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

23. Subvenções governamentais (Controladora)—Continuação

d) Estado de Alagoas

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Programa de Desenvolvimento Integrado do Estado de Alagoas ("PRODESIN"), conforme Decreto nº 4.283, de 11 de janeiro de 2010.

O programa tem por objetivo a concessão de incentivos fiscais mediante a devolução do ICMS retido por substituição tributária nas operações de entrada de farinha de trigo e misturas de farinha de trigo utilizadas como matéria prima por estabelecimento industrial fabricante incentivado pelo PRODESIN, tanto para a fabricação de massas alimentícias quanto para a fabricação de farinha doméstica para utilização do consumidor final, em seu limite legal de 57,98%.

Os Incentivos Governamentais ora concedidos terão prazo de fruição de 15 (quinze) anos, contados da publicação do decreto concessivo, na forma prevista na Lei 5.671/1995 e suas alterações e no Decreto 38.394/2000 e suas alterações.

Durante o primeiro trimestre de 2011, este incentivo fiscal totalizou R\$ 308 (primeiro trimestre de 2010: R\$ 263).

e) Estado da Paraíba

A J. Macêdo S.A. é beneficiária do Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Industrial da Paraíba ("FAIN").

O Governo do Estado da Paraíba, considerando atender aos interesses do desenvolvimento daquele Estado, decidiu conceder recursos destinados a subvencionar os investimentos necessários da unidade industrial na cidade de Cabedelo - PB. O benefício consiste na concessão de um desconto de 27,27% do valor do ICMS devido ao Estado da Paraíba nos termos do artigo 4º, inciso II do Decreto 21.728/01, suas alterações e revogado pelo Decreto nº 31.382/10, publicado no DOE de 25.06.10. O desconto é operado mediante o Regime Especial, em valor correspondente à subvenção pactuada. A concessão da subvenção se estende até 30 de março de 2011.

Durante o primeiro trimestre de 2011, este incentivo totalizou R\$ 115 (primeiro trimestre de 2010: R\$ 0).

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o capital social subscrito e integralizado, estava representado conforme quadro abaixo:

	<u>31/03/11</u>	<u>31/12/10</u>
Capital social – em Reais mil	197.873	197.873
Ações nominativas - quantidade:		
Ordinárias	11.496.411	11.496.411
Preferenciais classe A	10.334.449	10.334.449
Preferenciais classe B	1.337	1.337
	<u>21.832.197</u>	<u>21.832.197</u>

As ações são indivisíveis em relação à Companhia. A cada ação ordinária corresponde um voto nas deliberações da Assembléia Geral. As ações preferenciais não têm direito a voto.

As ações preferenciais Classe “B”, foram subscritas com recursos do “Fundo de Investimentos do Nordeste – FINOR”, e a elas é assegurada participação integral nos resultados.

As ações preferenciais não terão direito de voto; as ações preferenciais classe “B” farão jus às seguintes vantagens patrimoniais: (a) dividendo fixo, não cumulativo, de 6% (seis por cento) ao ano sobre o quociente resultante da divisão do montante do capital social pelo número de ações emitidas excluindo as ações em tesouraria; e (b) prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia.

As ações preferenciais adquirirão direito de voto se a Companhia, por mais de três exercícios, não distribuir os dividendos fixos a que têm direito.

b) Capital autorizado

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o capital, em uma ou mais parcelas, independentemente de reforma estatutária, até o limite de 200.000.000 de ações. A Companhia, dentro do limite de capital autorizado, poderá por deliberação da Assembléia Geral, aprovar plano de outorga de compra de ações a seus administradores e empregados e aqueles que prestem serviços às sociedades do seu controle.

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. Patrimônio líquido--Continuação

c) Reserva de capital – Incentivos fiscais

Os incentivos fiscais, decorrentes da isenção do imposto de renda registrado como reserva de capital até o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 totalizaram R\$ 601. Conforme Lei 11.638/07, a partir de 1º de Janeiro de 2008 esses incentivos passaram a ser registrados como redutor da despesa de imposto de renda.

d) Reserva de lucros - Incentivos fiscais

Refere-se ao incentivo fiscal de redução do imposto de renda e ICMS – Imposto sobre Circulação de Mercadorias, conforme comentado na Nota 2.6.

e) Ajuste de avaliação patrimonial

O ajuste de avaliação patrimonial é realizado na mesma proporção da depreciação e baixa dos ativos que lhes deram origem, a crédito de lucros acumulados. Foi constituída provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos sobre o ajuste da avaliação patrimonial. O ajuste de avaliação patrimonial reflexa representa a participação da Companhia sobre as mais valias contabilizadas por sua controlada Pico da Caledônia.

f) Destinação do lucro

Do lucro líquido do exercício apurado após dedução de eventuais prejuízos acumulados, serão destinados:

- 5% para constituição de reserva legal limitada a 20% do capital social.
- 25%, a título de dividendos conforme previsto no estatuto social, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, para distribuição aos acionistas como dividendo obrigatório, respeitada a prioridade das ações preferenciais.
- O saldo, se houver e salvo deliberação em contrário da Assembléia Geral, será destinado à constituição de uma reserva para expansão das atividades sociais nos termos de proposta do Conselho de Administração a ser aprovada pela Assembléia Geral, e reforço do capital de giro, cujo total não poderá exceder o valor do capital social.

25. Receita operacional bruta

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/03/10	31/03/11	31/03/10
Receita operacional bruta	343.209	320.391	343.524	320.638
Impostos, descontos e abatimentos	(43.778)	(44.239)	(43.951)	(44.400)
	299.431	276.152	299.573	276.238

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

26. Outras despesas operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/03/10	31/03/11	31/03/10
Venda de ativos	220	36	220	36
Custos dos estoques reconhecidos como despesa	(1.555)	(2.329)	(1.555)	(2.329)
Contingências líquidas (Nota 23)	(758)	121	(758)	121
Provisão devedores duvidosos líquida	(176)	(110)	(176)	(110)
Outras despesas	(612)	1.014	(612)	1.014
Total de outras despesas, líquidas	(2.881)	(1.268)	(2.881)	(1.268)

27. Despesas financeiras, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/03/10	31/03/11	31/03/10
Despesas de juros	(4.221)	(4.313)	(3.850)	(3.982)
Variações monetárias e cambiais passivas	(706)	(896)	(706)	(896)
Outras despesas financeiras	(183)	(262)	(183)	(262)
Descontos concedidos	(433)	(554)	(433)	(554)
Tarifas bancárias	(311)	(410)	(311)	(410)
IOF	(83)	(78)	(83)	(78)
Total das despesas financeiras	(5.937)	(6.513)	(5.566)	(6.182)
Receitas de juros	1.083	1.483	1.087	1.486
Descontos obtidos	140	648	140	648
Variações monetárias e cambiais ativas	627	588	627	588
Outras receitas financeiras	19	7	19	7
Total das receitas financeiras	1.869	2.726	1.873	2.729
Resultado financeiro líquido	(4.068)	(3.787)	(3.693)	(3.453)

28. Benefícios a empregados

	Controladora		Consolidado	
	31/03/11	31/03/10	31/03/11	31/03/10
Ordenados e salários	(12.278)	(12.503)	(12.412)	(12.641)
Custos de previdência social	(5.089)	(5.397)	(5.131)	(5.456)
Participação nos resultados (Nota 6)	(558)	(320)	(558)	(320)
Total	(17.925)	(18.220)	(18.101)	(18.417)

Em 31 de março de 2011 e 2010, a Companhia não oferecia benefícios pós-emprego, e não há benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração ou demais colaboradores

Notas Explicativas **J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO**

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

29. Compromissos e contingências

Compromissos de arrendamento mercantil operacional – Companhia como arrendatário

A Companhia contratou arrendamentos comerciais para determinados veículos motores e maquinários. Esses arrendamentos têm prazo médio entre três e cinco anos, sem previsão contratual para opção de renovação. A contratação desses arrendamentos não sujeita a Companhia a restrições.

Os aluguéis mínimos futuros a pagar sobre arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis em 31 de março estão demonstrados na Nota 13d.

Arrendamento mercantil financeiro e compromissos de arrendamento

A Companhia contratou arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento para vários itens do imobilizado. Esses arrendamentos têm prazos de renovação, mas não contemplam opções de compra e cláusulas de reajuste de preço. As renovações ficam à opção da entidade que contratou o arrendamento. Os pagamentos futuros mínimos a título de arrendamento, nos termos dos arrendamentos mercantis financeiros e compromissos de arrendamento, juntamente com o valor presente dos pagamentos mínimos de arrendamento, estão demonstrados na Nota 13d.

Processo judicial e passivos contingentes

A Companhia e sua controlada são partes em diversas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, para as quais são contabilizadas provisões para contingências quando o risco de perda é considerado provável, conforme divulgado na Nota 22.

Garantias

A Companhia e sua controlada forneceram as seguintes garantias em 31 de março de 2011, conforme divulgado nas Notas 5, 6, 13, 16 e 17.

30. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia e suas controladas referem-se a empréstimos, contas a pagar e outras contas a pagar e contratos de garantia financeira. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia e suas controladas. A Companhia possui contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações.

A Companhia está exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez.

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais

31 de março de 2011

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

A alta Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos e conta com o suporte de um Comitê de Finanças que presta assessoria em riscos financeiros e estrutura de governança em riscos financeiros apropriada para a Companhia. O Comitê de Finanças fornece garantia à alta Administração da Companhia de que as atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e que os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas da Companhia e disposição para risco da Companhia. A Companhia e suas controladas não tem contratos de derivativos para os trimestres findos em 31 de março de 2011 e de 2010.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, entre outros. Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem empréstimos a pagar, depósitos mensurados ao valor justo através do resultado.

As análises de sensibilidade nas seguintes seções referem-se à posição em 31 de março de 2011 e 2010.

As análises de sensibilidade foram preparadas com base no valor da dívida líquida, o índice de taxas de juros fixas em relação a taxas de juros variáveis da dívida existentes em 31 de março de 2011.

As seguintes premissas foram adotadas no cálculo das análises de sensibilidade:

- A sensibilidade do balanço patrimonial refere-se a instrumentos de dívida disponíveis para venda.
- A sensibilidade do respectivo item da demonstração do resultado é o efeito das mudanças assumidas conforme os respectivos riscos do mercado. Tem por base os ativos e passivos financeiros mantidos em 31 de março de 2011 e 2010.

Risco de taxa de juros

Risco de taxas de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis, em especial TJLP.

A Companhia gerencia o risco de taxa de juros mantendo uma carteira equilibrada de empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas e a taxas variáveis. A política da Companhia é manter entre 5% e 35% de seus empréstimos a pagar sujeitos a taxas fixas de juros.

Notas Explicativas J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Sensibilidade a taxas de juros

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro da Companhia antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis). Com relação ao patrimônio da Companhia, existe apenas um impacto não significativo.

	<u>Aumento/redução em %</u>	<u>Efeito no lucro antes da tributação</u>
31/03/11		
Reais	+20	844
Reais	-20	(844)
31/03/10		
Reais	+20	863
Reais	-20	(863)

Risco de câmbio

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio. A exposição da Companhia ao risco de variações nas taxas de câmbio refere-se principalmente às atividades operacionais da Companhia (quando receitas ou despesas são denominadas em uma moeda diferente da moeda sua funcional).

Sensibilidade a taxa de câmbio

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa de câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro da Companhia antes da tributação (devido a variações no valor justo de ativos e passivos monetários).

	<u>Variação na taxa US\$</u>	<u>Efeito no lucro antes da tributação</u>
31/03/11	+20%	141
	-20%	(141)
31/03/10	+20%	179
	-20%	(179)

Notas Explicativas **J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO**

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação

Risco de preço de commodities

A Companhia é afetada pela volatilidade dos preços de certas commodities. Suas atividades operacionais requerem aquisição contínua de trigo e açúcar para produção em continuidade de farinhas, massas, misturas para bolo, biscoitos e sobremesas . Devido ao aumento significativo dos preços dessas commodities, a Companhia desenvolveu e implantou uma estratégia para a gestão de risco de preço de commodities, visando mitigar esse risco.

A Companhia monitora ativamente a variação do preço do trigo e do açúcar nos mercados internacional e doméstico, mantendo cobertura de estoques dos seus principais insumos, ajustando suas políticas de preços aos movimentos de mercado.

Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

Contas a receber

O risco de crédito do cliente está sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um sistema interno de classificação de crédito extensivo. Em 31 de março de 2011, a Companhia contava com 20 clientes (31 de dezembro de 2010: quinze clientes) que deviam a Companhia mais de R\$ 1.700 cada e eram responsáveis por 30% (31 de dezembro de 2010: 36%) de todos os recebíveis. Cinco clientes (31 de dezembro de 2010: cinco clientes) apresentavam saldos superiores a R\$ 2.400, sendo responsáveis por 14% (31 de dezembro de 2010: 19%) dos valores a receber.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, o risco de perda é avaliado coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A exposição máxima ao risco de crédito na data base é o valor registrado de cada classe de ativos financeiros mencionados na Nota 18. A Companhia conta com garantias para aproximadamente 50% de sua exposição de crédito dos clientes do Canal Distribuidores.

Notas Explicativas
J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais
31 de março de 2011
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

30. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro--Continuação**Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro**

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de Administração da Companhia e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação do Comitê de Finanças da Companhia. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 é o valor registrado como demonstrado na Nota 18, com exceção das garantias financeiras.

Risco de liquidez

A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos por meio de uma ferramenta de planejamento de liquidez recorrente.

A política da Companhia é manter o saldo entre a continuidade dos recursos e a flexibilidade através de contas garantidas, empréstimos bancários, arrendamento mercantil financeiro e arrendamento mercantil operacional.

Gestão do capital social

O capital social é dividido em ações ordinárias e preferenciais, pertencentes à família Macêdo, representadas por pessoas jurídicas e físicas.

O objetivo principal da administração de capital da Companhia é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

Nos trimestres findos em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010 não ocorreram alterações no capital social da Companhia. Além disso, não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os trimestres findos em 31 de março de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

Notas Explicativas
J. MACEDO S.A. E CONSOLIDADO

Notas explicativas às informações trimestrais
 31 de março de 2011
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

31. Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2011, a Companhia possuía as seguintes coberturas de seguros:

<u>Modalidade:</u>	<u>31/03/11</u>
Danos elétricos	800
Vendaval	20.000
Incêndios, raios, explosões e queda de aeronaves	100.000
Lucros cessantes decorrentes de incêndios, vendaval, danos elétricos, tumultos, quebras de máquinas e equipamentos	112.079
	<u>232.879</u>

A Companhia entende que as coberturas de seguros para riscos operacionais e para resguardar seus ativos imobilizados e estoques, são consideradas suficientes, segundo a opinião de assessores especialistas em seguros, para cobrir eventuais perdas.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos
Administradores e Acionistas da
J. Macêdo S.A.
Fortaleza - CE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da J. Macêdo S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 31 de março de 2011, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2011 e 2010, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram subtidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Recife (PE), 4 de maio de 2011

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC 2SP 015.199/O-6-S-CE

Francisco da Silva Pimentel
Contador CRC – 1SP 171.230/O-7-S-CE